

An aerial night photograph of Piracicaba, Brazil. The city is illuminated with streetlights and building lights. In the background, a massive waterfall cascades down a rocky cliff, creating a large plume of white mist. The sky is dark with some clouds. The title of the journal is overlaid on the top half of the image in a stylized, golden font.

IHGP - Revista do  
Instituto Histórico e Geográfico  
de  
Piracicaba

Ano XIII - 2006 - Número 13

Revista Anual de História  
Ano XIII – 2006 – Número 13

---

Cumprindo a lei municipal n.º 2.160,  
de 18 de Dezembro de 1974, edita o volume:

Revista n.º 13 do ano 2006

Apoio:  
Prefeitura do Município de Piracicaba  
e  
Secretaria de Ação Cultural



---

Copyright – 2006 IHGP  
Todos os direitos reservados ao IHGP  
Impresso no Brasil – Printed in Brazil

---

Nossa Capa:  
Rio Piracicaba  
Revitalização da Praça José Bonifácio  
Prefeitura – 2006 – Barjas Negri  
Foto: David Negri  
Arte da Capa: Jelzo Oliveira dos Santos

INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE PIRACICABA  
DIRETORIA  
(2006 a 2008)

Presidente  
PAULO CELSO BASSETTI

Vice-Presidente  
HALDUMONT NOBRE FERRAZ

1º Secretário  
SERMO DORIZOTTO

2ª Secretária  
MYRIA MACHADO BOTELHO

1º Tesoureiro  
FRANCISCO DE A. F. DE MELLO

2º Tesoureiro  
FLAVIO RIZZOLO

Orador  
JOÃO UMBERTO NASSIF

Diretor de Acervo  
MARLY THEREZINHA G. PERECIN

1º Suplente  
RENATO LEME FERRARI

2º Suplente  
CECÍLIO ELIAS NETTO

3º Suplente  
GILBERTO JÚLIO PIATTO

Conselho Fiscal

1º ANTONIO ROBERTO DIEHL  
2º CEZÁRIO DE C. FERRARI  
3º ANTONIO H. C. COCENZA

Suplente Conselho Fiscal  
ELIAS SALUM  
JOSÉ ANTONIO B. DE CAMARGO  
WALDEMAR ROMANO

EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO  
Gráfica e Editora Degaspari  
R. Barão de Piracicamirim, 1.926  
Fone/Fax: (19) 3433-6748  
13416-150 - Piracicaba-SP  
E-mail: graficadegaspari@terra.com.br

# IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| Relatório das Atividades do IHGP no Ano de 2006 .....   | 7  |
| Relação de Material do Acervo Permanente do IHGP<br>Disponibilizado para consulta e pesquisa .....                                | 9  |
| Relação de Pesquisas .....  | 13 |
| SÉCULO XVIII: A América Portuguesa e a Situação Geral de<br>Insegurança no Brasil – <i>Marly Therezinha Germano Perecin</i> ..... | 15 |
| Recreio do Corumbataí – <i>Frei Sermo Dorizotto</i> .....   | 23 |
| Miguelzinho Dutra (Tópicos Biográficos) – <i>Guilherme Vitti</i> .....  | 43 |
| Frei Paulo de Sorocaba – <i>Francisco de Assis Ferraz de Mello</i> .....  | 49 |
| Catolicismo Popular – A Devoção ao Senhor<br>Bom Jesus no Estado de São Paulo – <i>João Luis Franchi</i> .....                    | 51 |
| Memórias da Escravidão<br>O Negro nas Artes – <i>Hugo Pedro Carradore</i> .....   | 55 |
| A Capela do Passo do Nosso Senhor<br>do Horto de Piracicaba – <i>Hugo Pedro Carradore</i> .....                                   | 63 |

Coordenação Editorial: Isabel C. DeGaspari

Diagramação: Jelzo Oliveira dos Santos

Fotos: Arquivo do IHGP

Agradecimentos: Odila A. França Rodrigues de Souza

Aos Colaboradores: Vitor Pires Vencovisky

Cássio Marafante

João Vitor Paccola Diegoli



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

CNPJ: 50.853.878.0001-48

Rua do Rosário, 781 – CEP: 13400-180 Piracicaba-SP – Brasil

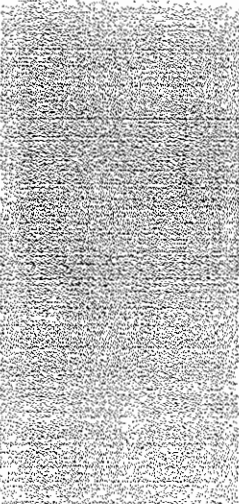
Telefone: (19) 3434-8811

E-mail: ihgp@ig.com.br



**PRESENTE RESPONSÁVEL. FUTURO SUSTENTADO.**

*Impresso em papel couché Starmax 90 g/m<sup>2</sup>,  
da Votorantim Celulose e Papel – VCP.  
Papel produzido com florestas plantadas de eucalipto.  
Preservando matas nativas, em harmonia com o meio ambiente.*



## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO IHGP NO ANO DE 2006

- 1ª) Completou a digitalização do jornal Gazeta de Piracicaba (1882–1937)
- 2ª) Instalação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Histórico
- 3ª) Instalação do Cadastro Temático do IHGP, em ordem alfabética
- 4ª) Catalogação da Biblioteca do IHGP pelos alunos estagiários da Unimep
- 5ª) Feita a inscrição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba no "PAC", da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
- 6ª) Homenageou o Centenário da Corporação Musical Banda "União Operária"
- 7ª) Realizou a Pesquisa da História da Banda "União Operária"
- 8ª) Elaborou o lançamento da Revista "O Passar da Banda"
- 9ª) Publicou a Revista Científica do IHGP, nº13, ano 2006
- 10ª) Instalou a Biblioteca do Prof. Flávio Toledo Piza
- 11ª) Promoveu a 1ª Semana de Estudos Cemiteriais, com palestras e seminários

7

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

12ª) Em elaboração:

- Dicionário de Ruas de Piracicaba, 1º Volume, 500 páginas

13ª) Pesquisas:

- História das Corridas Automobilísticas de Piracicaba

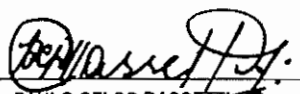
- História do Basquetebol em Piracicaba

14ª) Exposições:

- Exposição com fotos do acervo do IHGP, com participação da Secretaria de Ação Cultural, Secretaria da Educação e diversas Escolas, entre elas o Liceu Terras do Engenho

- Exposição sobre Ecologia no Carrefour

- Exposição de Fotografia de Jazigo com obra artística no salão da Acipi

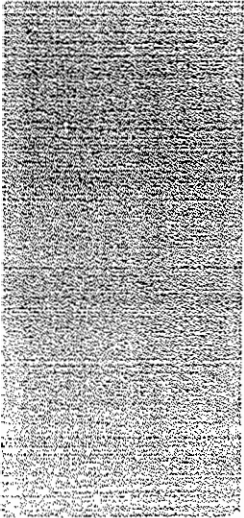


PAULO CELSO BASSETTI  
PRESIDENTE DO IHGP

8

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



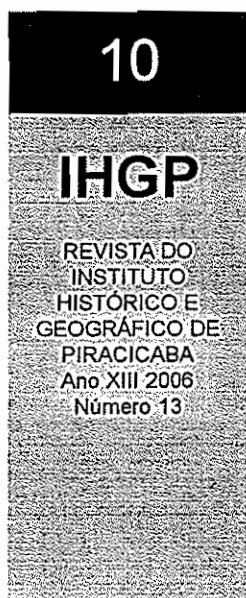
RELAÇÃO DE MATERIAL DO  
ACERVO PERMANENTE DO  
IHGP- DISPONIBILIZADOS  
PARA CONSULTA E PESQUISA.  
(GESTÕES 2002 A 2006)

PERIÓDICOS:

1. REVISTAS DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CIÊNCIAS CORRELATAS.

- Revista do IHGB (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) – É a revista mais antiga publicada no Brasil. Nunca deixou de ser produzida, desde seu primeiro número lançado no ano de 1839. O IHGB foi uma instituição criada pelo Governo Imperial, quando D. Pedro II era regente do Brasil. Essa instituição teria por objetivo incentivar pesquisadores de várias áreas de estudos científicos a investigar, relatar e produzir conhecimento sobre as diversas regiões geográficas do País e os grupos sociais existentes nelas, seus modos de vida, suas culturas. Todas as informações recolhidas eram levadas à sede da instituição, que fica até hoje na cidade do Rio de Janeiro. Elas eram analisadas e os estudos considerados importantes eram então publicados na revista. Desse modo, o Governo Imperial, com agentes espalhados por inúmeros cantos do Brasil, obtinha informações relevantes sobre a diversidade dos recursos naturais e humanos existentes pelo território. Era uma forma de fazer conhecer as áreas mais distantes da capital e permitir com isso que se planejassem estratégias de proteção e controle das fronteiras territoriais do País. No acervo do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba), temos os números que vão de 1839 a 1990 – coleção quase completa;
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (revista do mesmo gênero que a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) – O IHGSP era um Instituto Provincial e tinha a função de reunir informações importantes sobre a Província paulista mais especificamente;
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba;
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais;





- **Revista de História** (produzida pelo Departamento de História, Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nas décadas de 1960 a 1980) – É uma importante revista de artigos de acadêmicos ligados à área de História e Memória, Brasil e geral;
- **Revista Anhembi** (reúne uma série de artigos literários e outros estudos) – coleção quase completa;
- **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo** (reúne uma série de artigos voltados para estudos sobre a capital e o interior paulista; gêneros de estudos diversificados);
- **Revista do Arquivo Público Mineiro;**
- **Revista da Academia Paulista de Letras;**
- **Revista de Genealogia;**
- **Revista do Conselho Estadual de Cultura;**
- **Revista de Informação Legislativa;**
- **Revista do Museu Paulista.**

## 2. PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÕES (ORGANIZADAS).

- **Atas da Câmara Municipal de São Paulo** (registros das sessões ordinárias e extraordinárias ocorridas no exercício das atividades da Câmara de S. Paulo) – Abrange os séculos XVIII, XIX e XX;
- **Atas da Sociedade Beneficente Portuguesa – Piracicaba;**
- **Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo** (séculos XVII, XVIII e XIX);
- **Cartas de Datas de Terra** (registro de pedidos e doações de terras concedidas pelo Ministério do Governo para arrendamentos) – Abrange os séculos XVII, XVIII e XIX;
- **Documentos Interessantes** (reúne uma série de documentos de ordem oficial, públicos e variados quanto aos tipos) – Séculos XVIII, XIX e XX;
- **Anais da Assembléia Legislativa** (século XX);
- **Anais da Assembléia Legislativa da Província** (século XIX);
- **Anais do Museu Paulista;**
- **Leis e Decretos do Estado de São Paulo** (fins do século XIX e XX).

## 3. COLEÇÕES DE JORNAIS.

- **Gazeta de Piracicaba (1882–1937)**
- **Jornal de Piracicaba (1900–1995)**
- **O Diário de Piracicaba (1936–1993)**
- **O Diário (1962–1993)**
- **A Tribuna Piracicabana (1965–1994)**
- **A Província (1988)**
- **Jornal do Povo Piracicabano (1978–1979)**



- O Democrata (1993–1994)
- Folha Piracicabana (1962–1968)
- O Monumento (1930–1933)
- Diário da Manhã (1929–1930)
- A Tarde (1918)
- O Maião (1901 – único exemplar)
- A Bigorna (único exemplar)
- O Planalto (1940–1942)
- Diário de São Paulo (1954)
- Folha da Manhã (1954)

## ICONOGRAFIAS:

### 4. FOTOGRAFIAS.


- Cenas cotidianas na cidade e áreas rurais em Piracicaba (séculos XIX e XX –aproximadamente 1.200);
- Obras públicas, acervo fotográfico da Prefeitura de Piracicaba (séculos XIX e XX – aproximadamente 1.000).

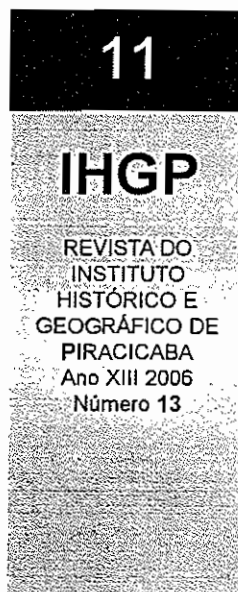
### 5. IMAGENS DIGITALIZADAS:

- Fotografia, telas, postais, desenhos (aproximadamente 1.100).

## DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA:

6. JORNAIS: 40.000 imagens
7. DOCUMENTOS AVULSOS: 2.000
8. REVISTAS: 20 números – integral (aproximadamente 4.000 páginas)
9. OBRAS RARAS: 2 Títulos – integral (aproximadamente 500 páginas)

  
 PAULO CELSO BASSETTI  
 PRESIDENTE DO IHGP



## RELAÇÃO DE PESQUISAS

Piracicaba, 29 de novembro de 2006

DE: Luiz Francisco Albuquerque de Miranda  
– Docente do Curso de História da Unimep

PARA: Instituto Histórico e Geográfico de  
Piracicaba – IHGP

REF.: Relação de pesquisas vinculadas ao  
Curso de História da Unimep que recorreram às  
fontes disponíveis no IHGP

Prezados professores,

Atendendo à solicitação da diretoria do IHGP, apresento a seguir os discentes do Curso de História da Unimep que utilizaram fontes disponíveis no referido Instituto na composição de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, assim como os títulos de suas pesquisas.

Discentes concluintes em 2005:

BORBA, Giovana Carpin. Guerreiros inconstantes, heróis indolentes: as representações do indígena pelo IHGB. Orientador: Prof.-Dr. Luiz Francisco A. de Miranda.

REDIVO, Rute Luciancencov. O mestiço e suas qualidades laboriosas. Orientador: Prof.-Dr. Luiz Francisco A. de Miranda.

SPOTO, Eduardo Fillet. Civilização e catequese: contenda política entre Estado e Igreja no século XIX. Orientador: Prof.-Dr. Luiz Francisco A. de Miranda.

Discentes concluintes em 2006:

FERREIRA, João Paulo Ponte. Fé, lei e miscigenação: análise do sistema colonial brasileiro por Robert Southey. Orientador: Prof.-Dr. Luiz Francisco A. de Miranda.

GOMES, Luiz Rafael. A Liga Operária de Piracicaba e a greve geral de 1919: sindicalismo revolucionário, reformismo, cultura e imprensa. Orientadora: Profa.-Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça.

MELLO, Patrícia Ferraz de. A questão da origem dos índios na Revista do IHGB. Orientador: Prof.-Dr. Luiz Francisco A. de Miranda.

13

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Além dos Trabalhos de Conclusão de Curso anteriormente referidos, encontra-se em curso uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo Fapic/Unimep que também utiliza fontes disponibilizadas pelo IHGP. A pesquisa tem por título Representações do homem do sertão na Revista do IHGB (1839–1859), conduzida pela discente Lucy Desjardins Romani sob orientação do Prof.-Dr. Luiz Francisco A. de Miranda. Esse trabalho deve apresentar seu relatório final em agosto de 2007.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento e gostaríamos, mais uma vez, de agradecer ao IHGP e à sua diretoria o apoio recebido.

Atenciosamente,



LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE DE MIRANDA

14

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

SÉCULO XVIII:  
A AMÉRICA PORTUGUESA E A  
SITUAÇÃO GERAL DE  
INSEGURANÇA NO BRASIL  
(Propedêutica à História da Fundação de Piracicaba)

Marly Therezinha Germano Percin

Os Tratados de Paz de Utrecht (1713) e de Paris (1763), estabelecidos entre as potências ocidentais dominantes no século XVIII, refletiram as particularidades da política europeia, as chamadas "guerras do equilíbrio europeu", que se converteram em conflitos de mundial repercussão, suficientes para alterar o quadro das disposições coloniais nas Américas, Ásia e África. A Capitania de São Paulo foi particularmente atingida e a gente paulista viu-se lançada, a contragosto, no "olho do furacão" que se formou na América do Sul.

O primeiro Tratado (Utrecht, 1713) dizia respeito à Guerra da Sucessão Espanhola (1701–1714), pela qual Luís XIV obteve a sucessão do trono espanhol para o seu neto, o Duque de Anjou (Felipe IV), porém à custa de grandes perdas coloniais para França e Espanha, muitas das quais foram transferidas para o poder da Inglaterra<sup>1</sup>. Portugal, integrante do grupo anglófilo, prevaleceu-se desse tratado e teve reconhecidas pela Espanha as suas posses anteriormente efetuadas ao norte do Brasil, desde o Cabo Norte até o Amazonas, incluindo o rio nas suas duas margens, havendo o Oiapoc por fronteira; no sul do Brasil, obteve o reconhecimento da posse da Colônia do Sacramento, embora os castelhanos mantivessem os seus direitos sobre a área ocupada na banda oriental do Rio Prata, onde consolidaram posição militar<sup>2</sup>.

No século XVIII, tornou-se incendiária a questão levantada sobre as fronteiras luso-castelhanas na América do Sul, pois elas se achavam modificadas, havia dois séculos, pela infiltração das correntes povoadoras oriundas do Brasil e pelas ocupações militares de ambos os lados. Sob pressão dos interesses criados, infundiu-se uma nova e perigosa dinâmica no sul da América, a qual se responsabilizou pela violenta deslocação de populações, pelo sacrificante recrutamento dos civis ao militarizado e graves ônus à sociedade colonial, notadamente à gente paulista.

Em sua origem, a pendência remete aos meados do século XVII, quando a Coroa portuguesa buscou uma nova configuração geopolítica no sul da América, objetivando atingir o Rio da Prata. Por

1 Max Savelle (coord), História da Civilização Mundial, p.424-44.

.....Antônio G. Mattoso, História da Civilização, p.392-93.

2 Sérgio B. de Holanda (coord.), História Geral da Civilização do Brasil, v.1, nº1, p.366.

15

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

3 *Ibidem*, p.323.

4 *Ibidem*, p.368.

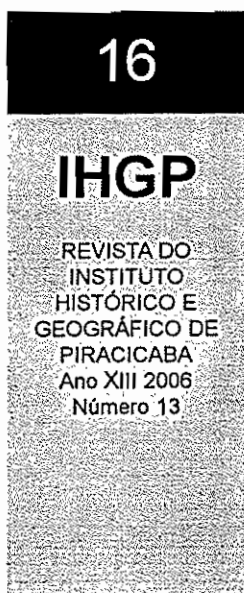
determinação do Governo Colonial, correntes povoadoras da Capitania de São Paulo se direcionaram para as novas fundações municipais, as Vilas de Paranaguá (1648), São Francisco do Sul (1668), para a Ilha de Santa Catarina (1678) e Laguna (1688), atingindo-se neste ponto mais extremo da demarcação de Tordesilhas. Todas essas ocupações eram tidas como pertencentes à Capitania de São Paulo, ficavam sob a sua administração e figuravam na sua carta geográfica<sup>3</sup>.

O mais ousado passo no processo expansionista foi dado em 1680 com a fundação da Colônia Militar do Santíssimo Sacramento na margem esquerda do Rio da Prata, num antigo sítio em que comerciantes portugueses, durante o domínio espanhol (1580–1640), haviam desenvolvido lucrativo comércio com as províncias platinas. A fundação militar de 1680 significava para a Espanha o perigo de uma nova infiltração comercial, porque por meio dela agia o imperialismo inglês, acarretando prejuízos na arrecadação fiscal das suas colônias. As contraprovidências do Governo de Buenos Aires resultaram na fundação das praças de Montevidéu e Maldonado, na banda oriental do Prata, bem como na expansão pelo território da bacia do rio Uruguai, em sua margem leste.

Mantendo a linha de uma política expansionista e defensiva, a Coroa portuguesa determinou, entre 1737 e 1752, correntes povoadoras oriundas de São Paulo e dos Açores para a ocupação do território do Rio Grande do Sul de São Pedro e dos Santos Mártires. Os caminhos abertos por sertanistas, entre 1728 e 1733, em breve se transformaram em estradas para a movimentação dos comboios militares e transporte do gado muar e cavalar, estreitando as distâncias, alimentando o ciclo das tropas para Sorocaba, a sudeste. Não longe dos Campos do Viamão, foi fundada a povoação de Porto Alegre (1773), mas logo se viu que a formidável expansão povoadora, o comércio e a articulação entre o Sul, o Sudeste e o Sudoeste geravam contradições, não se isentavam dos malefícios da guerra na fronteira a ser travada com as províncias hispano-americanas.

A defesa das posições assumidas no Prata pelas duas Coroas ibéricas moveu exércitos adversários que sustentaram uma guerra intermitente na fronteira sul do Brasil, havendo Buenos Aires e Rio de Janeiro como quartéis-generais. Em meados do século XVIII, a situação agravou-se frente às necessidades de defesa do Brasil contra a cobiça estrangeira, ao avanço dos castelhanos na Banda Oriental e no continente do Rio Grande do Sul de São Pedro e dos Santos Mártires, convertendo-se em preocupação permanente para o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, durante todo o reinado de Dom José I (1765–1777).

Lembremos que os efeitos obtidos com o Tratado de Utrecht (1713) foram positivos para Portugal, pois, além de lhe haver sido devolvida a Colônia do Sacramento, militarmente ocupada pelos castelhanos entre 1705 e 1715, valeram as suas disposições como prévio acerto nas fronteiras sul-americanas, ao ser pleiteado em 1750 um definitivo diploma em derrogação ao Tratado de Tordesilhas de 1492. A caducidade deste e a reivindicação de um novo princípio de direito internacional, o *uti possidetis*, pesaram entre os argumentos diplomáti-



cos que levaram ao Tratado de Madri (1750), sendo Fernando IV rei de Espanha e D. José I rei de Portugal<sup>4</sup>.

Naquele momento também se buscou infundir uma nova organização político-administrativa na América portuguesa, extinguindo-se o Estado do Maranhão para criar-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão com capital em Belém (1751). Por sua vez, o Estado do Brasil configurava-se numa grande unidade geográfica, desde o Ceará até a Colônia do Sacramento, havendo por capital a cidade de São Salvador. Arranjo anterior no Sudoeste extinguiu a Capitania de São Paulo (1748) que já passara pelos grandes cortes territoriais em sua carta geográfica (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso) que a reduziram a São Paulo propriamente dito e Paraná. Os paulistas deploravam o aniquilamento da sua Capitania pela privação das suas principais áreas de mineração e comércio, pela falta de representatividade no governo colonial, a partir de 1748, e, deste até 1765, período que os manteve em estrita subordinação à Capitania do Rio de Janeiro, agravada pela pobreza.

Na determinação diplomática das novas fronteiras previstas no Tratado de Madri (1750), coube a Portugal a posse da Bacia Amazônica e, para consolidá-la, foi construída a rede de fortificações que chegou até o Mato Grosso. No Sul vingaram os desacertos, pois havendo de abandonar a Colônia do Sacramento, receberia em troca as ocupações castelhanas na bacia oriental do rio Uruguai, a terra das Missões. Mas a inconformação dos padres jesuítas, associada à resistência dos nativos, bem como a incompreensão dos governos, gerou a Guerra Guarani (1756) e o impasse de que resultou a própria anulação do Tratado de Madri.

O segundo Tratado (Paris, 1763) relaciona-se com nova intercorrência na política europeia, dada pela emergência de uma potência expansionista, a Prússia, em bloco de aliança com a Inglaterra, fato que levou à quebra do equilíbrio alcançado com a Paz de Utrecht (1713). Na Guerra dos 7 Anos (1756-1763) que se sucedeu, os aliados, Áustria, Rússia e França tiveram grandes perdas militares, enquanto a última viu os seus portos bloqueados, perdendo para a Inglaterra as suas principais colônias na América, Ásia e África. Em 1761, Luís XV convocou a união de todos os Bourbons num Pacto de Família do qual Portugal deixou de participar sob pressão inglesa. Por represália, teve o seu território invadido por um exército franco-espanhol e experimentou momento de grande fraqueza, enfrentando guerra simultânea na Europa e na América<sup>5</sup>. Entre 1761 e 1767, movimentaram-se de Cádiz para Buenos Aires e, desta cidade contra o Estado do Brasil, para a Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul e Ilha de Santa Catarina, as esquadras e os exércitos a comando dos generais D. Pedro de Cevallos, D. Francisco Bucarely y Ursua e D. Juan José de Vertiz. Tais operações infligiram perdas territoriais alarmantes, fazendo perigar o Sul, o Sudoeste e a própria cidade do Rio de Janeiro, considerada o maior empório colonial e o porto do ouro da América portuguesa.

A defesa do Sul do Brasil já se convertera num projeto de guerra colonial americana, longa e exaustiva, administrada por 30 anos,

<sup>5</sup> Antônio G. Maltoso, op. cit., p.410-11.

17

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

6 Sérgio B. de Hollanda (coord), op. cit., p.376.

7 Carla do Morgado de Mateus dirigida a Oeyras. In Doc. Int., v.XXIII, p.40.DAESP.

desde 1733, pelo General Gomes Freire de Andrade, também Capitão General do Rio de Janeiro e responsável pelo arranjo administrativo das Capitanias do Centro-Oeste e Sudoeste. O ano de 1762 foi dos mais críticos: a guerra houve por determinar nova alteração administrativa, cabendo à cidade do Rio de Janeiro converter-se em capital do Estado do Brasil, enquanto era nomeado o Conde da Cunha (Antônio Álvares da Cunha) para Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil (1763–1767). Nesse mesmo ano os dois blocos adversários na Europa concertaram a paz com o Tratado de Paris (10/2/1763), pelo qual tudo deveria ser repostado *ante bellum*.

Exorbitando, os castelhanos devolveram apenas a Colônia do Sacramento a Portugal, enquanto asseguravam a posse militar nos territórios meridionais, sem deixar de continuar assediando e aumentando o seu poder<sup>6</sup>. A paz jamais se estabeleceu por completo, exigindo que os gabinetes ministeriais de Madri (Marquês de Grimaldi) e de Lisboa (Marquês de Pombal) mantivessem em estado permanente de alerta os seus governadores em Buenos Aires e Rio de Janeiro, bem como os seus comandos militares.

A Guerra no Sul e o temor de um ataque generalizado, capaz de perder o Sudoeste e a cidade do Rio de Janeiro, determinaram a restauração da Capitania de São Paulo (1765) e a nomeação de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, para o cargo de seu Capitão General. Este se tornou o responsável pelos novos destinos da terra paulista e pela operação estratégica desastrosa, denominada "Divertimento para o Oeste", de que veio a resultar a fundação da fortaleza e colônia militar de Yguatemi na fronteira paraguaia. Justificada como recurso tático para distrair os castelhanos das suas investidas no Rio Grande do Sul de São Pedro e dos Santos Mártires, tomou-se objeto de fracasso militar e razão de tragédia para a sociedade paulista.

A partir do momento em que se concebeu o projeto, os sertões e o porto do Piracicaba no antigo Oeste Paulista entraram nas previsões do Capitão General, sendo logo anunciado que ali se deveria sediar uma das seis primeiras povoações a serem criadas por ele na Capitania de São Paulo (1765)<sup>7</sup>. Viabilizada em 1767, a pequenina Povoação de Piracicaba serviu por uma década como retaguarda da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e Povoação de São Francisco de Paula de Yguatemi, tornou-se o principal centro de produção das canoas que conduziram Tietê abaixo as monções de abastecimento de gêneros, munições, soldados e povoadores para aquela malfadada colônia militar (1767–1777).

A Guerra do Sul motivou esforços inusitados ao Brasil Colônia. A partir de 1764, comandos militares saídos de Buenos Aires promoveram incursões avassaladoras no Rio Grande, exigindo o reforço militar da região e o conseqüente envio de todas as forças que o Vice-Rei do Brasil pôde juntar, sob pena de pesado recrutamento que recaía notadamente sobre a Capitania de São Paulo. Em 1774, assumiu o posto de General em Chefe de todas as tropas do Brasil o austríaco João Henrique Boehm, e, dois anos mais tarde, chegou-se ali ao máximo contingente de seis Regimentos com tropas do Reino, do Rio de

18

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e de São Paulo. Tratava-se do derradeiro esforço para enfrentar a estratégia castelhana de conquistar a Ilha de Santa Catarina e por meio dela interceptar as operações de defesa do Rio Grande e Colônia do Sacramento. Por parte do Estado do Grão-Pará e Maranhão, também foram tomadas providências ao longo das fronteiras de Mato Grosso, Guaporé, Rio Branco e Pará erigindo-se fortalezas para deter outras investidas castelhanas provenientes do Paraguai ou de Santa Cruz da La Sierra.

O momento decisivo chegou no início do ano de 1777, quando partiu de Cádiz uma grande esquadra comandada por D. Pedro Cevallos. Após a conquista da Ilha de Santa Catarina, este buscou unir-se com os exércitos de Vertiz em Buenos Aires para ocupar a Colônia e atacar Boehm no Rio Grande, restando exposto todo o sul do Brasil. Naqueles episódios pouco conhecidos da guerra colonial na América luso-castelhana, sobressaiu o mérito das milícias da Capitania de São Paulo, porque durante todo o tempo a legião de São Paulo segurou a fronteira no Quartel do Rio Pardo enquanto o Regimento de Santos defendeu Porto Alegre. Sertanistas de origem, mestiços e indiáticos, os paulistas combateram numa guerra que não compreendiam, sob as piores condições imagináveis, por um rei que desconheciam e contra outro que os ignorava. Os sacrifícios a que se submeteu a sociedade paulista geraram metáforas em seu imaginário, latentes em seu regionalismo nas décadas posteriores. A reforçá-las, o conhecimento de que no hemisfério norte outros povos da América enfrentavam uma guerra contra o colonialismo e pelo direito de autogoverno, armados da doutrina liberal. Noutras Capitanias já se achavam arden-do os archotes do Iluminismo.

Aos povos coloniais da América parecia tanto incompreensível quanto injusto o xadrez diplomático europeu. Envolvida a França na guerra da Independência dos Estados Unidos, e necessitando do apoio da Espanha contra a Inglaterra, exigiu e obteve a cessação das hostilidades no Sul, onde mediam forças os dois Impérios Ibéricos<sup>8</sup>. Em setembro de 1777, concertou-se a paz mediante um armistício, embora estivessem perdidas a Ilha de Santa Catarina, a Colônia do Sacramento, a área das Missões e parte da campanha do Rio Grande.

Recorde-se que, desde o mês de fevereiro (1777), em que fora atacada a Ilha de Santa Catarina, mudanças políticas ocorriam na Península Ibérica, pressionando os acontecimentos no sul das Américas. Naquele começo de ano, D. José I veio a falecer (24/2), cabendo a regência a sua filha, a futura D. Maria I, que logo afastou do governo o Marquês de Pombal (4/3). Quase no mesmo período, o Ministro Grimaldi foi substituído na Espanha por Florida-Blanca (29/2) e foi este quem assinou, em parceria com D. Martinho de Mello e Castro, o Tratado Preliminar de Limites chamado Santo Ildefonso (1º/10/1777), de nefastas consequências

O Estado do Brasil perdeu a Colônia do Sacramento, as Missões do Uruguai e parte da campanha do Rio Grande de São Pedro e dos Santos Mártires, enquanto o Estado Grão-Pará e Maranhão perdeu as áreas do rio Japurá e do vale do rio Negro. Por esse diploma

<sup>8</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen, História Geral do Brasil, t.4º, 5ª ed., p.206.

<sup>9</sup> Ibidem, p.268.

19

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



leonino, cujos artigos foram ditados “quase com as armas nas mãos”, apenas a Ilha de Santa Catarina foi devolvida ao Brasil<sup>9</sup>. Esse Tratado teve por apêndice o de El Pardo (11/3/1778) sobre amizade, garantias e comércio entre os povos, assinado entre Carlos III da Espanha e D. Maria I de Portugal, porém os desacertos sobre as fronteiras só vieram a ter solução muito posterior, sob outro contexto diplomático, nos séculos XIX e XX.

Malgrado o armistício de setembro e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, as forças castelhanas continuaram ameaçando, inclusive procederam à ocupação da fortaleza de Yguatemi (26/10/1777), por meio da investida do governador do Paraguai, Augusto Pinedo, em franco desrespeito à paz concertada anteriormente. Expostos ao adversário e seus aliados índios, os militares da praça e as famílias povoadoras da colônia empreenderam a desocupação associada ao trágico êxodo para o porto de Araraitaguaba, no médio Tietê, onde os aguardavam a intolerância, a incompreensão e a injustiça das autoridades coloniais. Na fronteira ocidental do Estado do Brasil, permaneceu controversa a raia demarcatória entre os rios Igurei e Jaruru, fato que, associado à crônica insegurança no Rio Grande de São Pedro e dos Santos Mártires, demandou a continuidade dos métodos arbitrários do recrutamento na Capitania de São Paulo e do militarizado no Sul, até o século XIX. Homens válidos, que eram levados sem o próprio consentimento para morrer na fronteira, deixando as famílias desfalcadas na lavoura, filhos na orfandade e todo o tipo de privações, reforçavam o clamor da sociedade contra as injustiças coloniais.

As duas últimas décadas do século XVIII se mantiveram em tensão permanente a Sudeste, Sul e Sudoeste do Brasil, recaindo a odiosa prática do recrutamento sobre as populações civis nos distritos das Vilas, medida indispensável ao abastecimento das Tropas Auxiliares que reforçavam os Regimentos do Reino. Na Capitania de São Paulo, o que se convertera em clamor dos moradores reforçava o velho hábito das evasões para os matos e às bocas-de-sertão, conquanto a violência fosse o principal motivo de queixa contra os Capitães-mores nas Vilas e suas Povoações. Tal prática atingia os bairros rurais mais distantes, sequer poupava aqueles que se dirigiam às igrejas para as desobrigas. Algemados e escoltados por corpo militar, eram postos no caminho de São Paulo como recrutas e embarcados de Santos, após breve treinamento, para reforço às tropas de linha. Sorocabanos, ituanos, parnaibanos, bragantinos, jundiaienses compartilharam essa violência.

A pequenina Povoação de Piracicaba foi gerada ao impacto das atrocidades da guerra nas fronteiras do Sul e do arbítrio das autoridades coloniais, mas pôde abrigar, não obstante o clima de insegurança, os moradores do Oeste Paulista que fugiam em pânico ao recrutamento e às injustiças da época. Por uma década serviu de retaguarda a Yguatemi, recebeu os transfugas do sistema e, após 1777, os seus destroços humanos, supérstites à queda daquela Praça. Comunicações dos Capitães Gerais só chegavam a Piracicaba, via Itu, após oito dias penosos de viagem, por águas e por terra. Morar neste

fim de mundo guardava o seu altíssimo preço, mas recompensava em segurança as famílias que possuíam filhos adolescentes, que podiam ser recrutados a partir dos dezesseis anos. Tal expediente é facilmente observado no censo de 1773, particularmente na família de Domingos Rodrigues do Prado<sup>10</sup>.

Na América colonial, até o século XIX, nunca foi assaz conju- rado o perigo de novos confrontos entre os dois impérios ibéricos. Uma carta expedida do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 14/2/1788, pelo Ministro Martinho de Mello e Castro, dirigida ao Vice-Rei e Capi- tão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, D. Luiz de Vasconce- los e Souza, dava conta de provável intercorrência belicosa no Leste Europeu. O risco de novo desequilíbrio despertava cuidados com o Sul do Brasil, deitando imediato alerta sobre a odiosa prática do recruta- mento que a Capitania de São Paulo e a gente paulista tanto abomina- vam. A espada continuava pendente.

O Ministro não escondia a preocupação diante de um novo e perigoso desequilíbrio dos blocos europeus, ao ser informado que na próxima primavera (1788) Áustria e Rússia, desejosas de se expandir na península Balcânica e no mar Negro, preparavam uma campanha contra o Império Turco. O fato despertava o interesse das outras po- tências imperialistas, a França, a Inglaterra, a Holanda e podia fazer romper os Tratados, quebrando a paz na Europa e deitando imediatas repercussões na América portuguesa. A Martinho de Mello e Castro cabia pouco mais do que recomendar ao Vice-Rei (D. Luiz de Vascon- celos e Souza) aquelas medidas cautelares adotadas na defesa do Estado do Brasil, tais como expressa vigilância e organização sobre as Tropas Pagas e Auxiliares, em terra, mar e fortalezas. A informação devia ser repassada aos Capitães Gerais, incluindo São Paulo, em sigilo para não despertar reação "...fazendo por agora sem maior ruído as mais próprias e melhor combinadas disposições..."<sup>11</sup>.

Os grandes esforços de Carlos III (Espanha), objetivando re- cuperar as suas possessões no Mediterrâneo e na América frente à Grã-Bretanha, a grande vitoriosa da Guerra dos 7 Anos, bem como para inibir a expansão desta na América Portuguesa com correspon- dente reação do Estado do Brasil, pareciam os estertores de Castela diante do inevitável, a crise fatal do sistema colonial ibérico e o esface- lamento do império hispano-americano que induziriam ao aparecimen- to das primeiras nações sul-americanas<sup>12</sup>. Naquele final do século XVIII, um novo conceito de mercado e as disputas do capitalismo internacio- nal se faziam acompanhar de doutrinas filosóficas e modelos impactantes de organização política que melhor se adequavam às jo- vens nações da América, inclusive o Brasil.

10 Maços de População, Itu.1773. DAESP.

11 Carta de M. Mello e Cas- tro ao Vice-Rei do Brasil. In Doc. Int.,v.LXV, p.443-44. DAESP.

12 J.Vicens Vives (org.), His- tória da Espanha y América social y económica. v.IV, p.184.

21

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

# RECREIO DO CORUMBATAÍ

Frei Sereno Dorizotto

Em março de 1532, Dom João III, rei de Portugal, determina a primeira divisão administrativa do Brasil colonial, aplicando ao território a experiência do arquipélago da Madeira, com a entrega de cartas de doação de capitanias hereditárias a particulares de recursos e aptidões para a colonização das novas terras. O Brasil Colônia foi dividido em 15 quinhões, apesar de terem sido conferidas apenas doze capitanias. As concessões outorgadas pelas cartas eram bem amplas. A doação era perpétua e o donatário passava a se chamar de governador e capitão das terras e adquiria uma série de regalias, entre elas a de distribuir sesmarias, porções de terras devolutas, segundo as leis do reino de Portugal, com uma diferença: em Portugal eram entregues para o cultivo só as terras abandonadas.

Com a falência das capitanias particulares, esse ofício foi desempenhado pelos governadores e capitães-generais das capitanias, hoje Estados do Brasil. O capitão-general enfeixava em suas mãos os poderes administrativo, executivo, fiscal, judiciário e militar.

A história do Estado de São Paulo está ligada à Capitania de São Vicente e Santo Amaro de Martim Afonso de Souza, outorgada de 1535. Piratininga, hoje cidade de São Paulo, foi elevada à sede da Capitania de São Vicente em 22 de março de 1681, por provisão do donatário Dom Luís de Taíde Castro Noronha e Souza, Marquês de Cascaes.

Com a descoberta de minas de ouro, capitanias particulares foram retomadas pelo governo português, tornando-se capitanias reais. Assim, no ano de 1709, a Coroa Portuguesa comprou as Capitânicas de São Vicente e Santos de seus antigos donatários, criando, com a Carta régia de 23 de novembro de 1709, a Capitania Real de São Paulo e Minas de Ouro, com sede em Ouro Preto, a qual compreendia os atuais territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a Colônia do Sacramento. Em 1720, por alvará de 2 de dezembro, foi criada a Capitania de Minas Gerais, permanecendo ainda para a região de São Paulo as futuras cidades de Uberaba, Uberlândia e Araxá. Em 11 de agosto de 1738, perdeu São Paulo o território de Santa

1 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1999. p. 37.

23

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

2 SYLOS, Honório de. *São Paulo e seus caminhos*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. p. 4-7.

3 Cf. LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

4 ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 38-40.

Catarina. Quatro anos depois, foi a vez do Rio Grande tomar-se Capitania, ligada ao Rio de Janeiro. Em 1748 se separam Mato Grosso, Goiás e Triângulo Mineiro, conforme provisão de Dom João V. E para humilhar os paulistas, a corte portuguesa retira-lhes o governo próprio, e a Capitania de São Paulo é subordinada ao Rio de Janeiro por alvará régio de 9 de maio de 1748. São Paulo passou a ser governada por um preposto residente na fortaleza de Santos. A Capitania só foi restaurada por Dom José I aos 6 de janeiro de 1765. Por fim, em 1853, foi criada a Província do Paraná, perdendo São Paulo seu último território<sup>2</sup>.

#### A Capitania de São Paulo e as sesmarias

Por uma das múltiplas explicações do vocábulo, sesmaria vem do antigo verbo sesmar, que significa dividir; neste caso específico, dividir terras. Em Portugal os primeiros reis costumavam conceder sesmarias para os nobres, fidalgos e ricos, no intuito de expandir o cultivo e a produção dos cereais e grãos, principalmente do trigo e da cevada. Quando as terras não se tornavam produtivas, eram retomadas, pois na realidade o sesmeiro recebia o direito de explorá-la, não seu domínio. Todas as terras estavam, inclusive as do Brasil, sob a jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo, devendo pagar-lhe o dizimo e a redizima do dizimo ao donatário da capitania ou o tributo ao rei.

Em algumas regiões da Península Ibérica, imperava o antigo costume de serem sorteadas as terras da comuna, a fim de serem lavradas por particulares durante um período determinado, conforme a necessidade de cada município e o número de seus familiares. A repartição real encarregada da divisão e concessão de terras se chamava sesmo e os antigos magistrados portugueses, responsáveis pela entrega da terra, eram conhecidos como sesmeiros. Só mais tarde a palavra passou a indicar também quem recebia a terra.

A lei das sesmarias promulgada por Dom Fernando I, rei de Portugal, em 26 de junho de 1375, forçava a lavração e o cultivo de todas as terras, em vista da baixa produção de cereais e de outros frutos necessários ao sustento do povo. O rei objetivava levar os proprietários a plantar nas próprias terras, dá-las a cultivar a outros ou ainda arrendá-las a lavradores. A lei, baseada numa determinação anterior de 1211, obrigava também os ociosos e vadios ao trabalho rural, evitando aumentar a mendicância e coibindo os espertalhões. Estes queriam empregar-se junto aos fidalgos, com bons salários e não enfrentar o trabalho do campo. Para vigiar o cumprimento da lei, eram escolhidos dois sesmeiros em cada região, encarregados da aplicação das disposições legais.

Novas leis sobre sesmarias foram promulgadas por Dom João I em 1427 e complementadas pelas orientações de Dom Duarte em 1436. Toda a legislação sobre sesmarias está compilada nas Ordenações Afonsinas do tempo de Dom Afonso V<sup>3</sup>.

Esse costume e essa legislação do Reino de Portugal foram transplantados para as colônias, inclusive para o Brasil, e aqui vigoraram até 1822, quando se aceitou, como primeira lei, a própria posse da terra<sup>4</sup>.

24

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

A legislação impunha condições para a legalização definitiva das concessões de sesmarias, como a medição e demarcação judicial da área, a confirmação pelo rei de Portugal do primeiro documento e a cultura das terras. Em geral, em dois anos, a pessoa devia iniciar o cultivo e, se nada colhesse em oito anos, podia perder o direito sobre as terras. Essa legislação básica foi alterada e complementada sempre de novo.

O processo para conseguir a aprovação de uma sesmaria era complicado, demorado e custoso. A pessoa tinha que se apresentar como alguém de recursos abundantes para cultivar as terras, povoá-las e desenvolvê-las.

Existiam também alguns estratagemas utilizados para conseguir sesmarias. Os pretendentes adquiriam várias posses, umas próximas das outras, e então pediam a concessão. Depois de obtida, a mesma era medida, demarcada e os papéis enviados a Lisboa para serem confirmados pelo rei. Muitos pretendentes se associavam aos posseiros, no objetivo de conseguirem a sesmaria<sup>5</sup>. Se não havia acordo, o requerente, depois de conseguir a Carta de Sesmaria, entregava ao posseiro o documento "pro rata"<sup>6</sup>, correspondente ao quinhão proporcional às lavouras existentes e cultivadas pelo mesmo, e mantinha o restante para si.

O documento de 14 de março de 1822 ordenava que as provisões e demarcações de sesmarias concedidas a partir daquela data respeitassem os posseiros, com culturas efetivas no terreno, preservando-lhes o direito e outorgando-lhes documento sobre as terras cultivadas. Por precaução, as cartas de sesmarias já vinham reconhecendo os direitos dos posseiros. Isso significava um imenso ganho dos pobres sobre os latifundiários. A Lei das Terras de 1850, porém, ao regulamentar um estatuto da propriedade da terra, liquidou o regime das posses ou ocupação das terras devolutas. A partir daí, elas só podiam ser compradas de particulares possuidores de títulos ou do governo. O resultado foi o fortalecimento do latifúndio e o enfraquecimento da pequena propriedade<sup>7</sup>.

#### O Porto Recreio do Rio Corumbataí

Porto do Corumbataí, posteriormente Porto Recreio, era o nome da primitiva povoação existente junto ao Rio Corumbataí, distante, em linha reta pela margem do rio, aproximadamente quinze quilômetros de Piracicaba e predecessora da atual Vila do Bairro de Recreio. Já o Recreio atual tem sua história ligada à fazenda da margem direita do Rio Corumbataí, Fazenda Bom Retiro, cujas divisas foram regularizadas pela Ação Amigável de Demarcação e Divisão de Terras, com homologação em 14 de agosto de 1889, com medição e mapa do engenheiro José Pereira Rebouças, ação promovida entre outros por João Baptista da Cruz Leite, adquirente da Fazenda Bom Retiro dos herdeiros e da viúva de Albano de Toledo e Silva<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> MELLO, J. Silveira. A fundação de Piracicaba. In: Almanaque de Piracicaba, 1900. p. 115.

<sup>6</sup> *Pro rata*: expressão latina, significando o direito do posseiro sobre a porção de terra cultivada por sua família.

<sup>7</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 187.

<sup>8</sup> 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro 132, fls. 47-48.

25

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

O atual Bairro de Recreio teve seu desenvolvimento atrelado à estação da Estrada de Ferro Ituana, posteriormente Sorocabana, à construção da Capela Santo Antônio, ao comércio atraído para a praça da capela, como à criação da escola estadual Estação do Recreio. A desativação do porto e a mudança natural da vila para junto da estação, no final do século XIX e do século XX, condenaram o Porto Recreio, chamado então Recreio Velho, à gradual extinção. Hoje lá estão apenas algumas ruínas. A antiga chaminé do engenho da família Nalin resiste ao tempo!

A povoação antiga do Porto Recreio estava historicamente ligada ao Rio Corumbataí e à sua função natural no passado, de via de comunicação.

O requerimento pelo qual quatro cidadãos pedem Carta de Sesmaria sobre as terras do Porto Recreio é fundamental e esclarecedor:

*Dizem o Capitam Antônio Jozé da Cruz e Joaquim Francisco da Cruz e Bernardo Jozé Alvarez e Joaquim da Costa Garcia que elles suplicantes ce querem arranchar em huns Mattos devolutos que se achão da outra parte do Rio Corumbatahi Destricto da Povoação de Piracicaba no Caminho que segue para os Campos de Araracoára no Porto do dito Rio de Corumbatahi fazendo ahi Pião querem os Supplicantes que Vossa Excellência lhes consedão por Sismaria três Legoas de Terras a cada hum dos Supplicantes para suas Lavouras e Criasoens ceguindo a metade da Testada Rio aSima e outra metade Rio abaixo ficando o dito Caminho no meio da Dita Testada e correndo o Certão pello dito caminho adiante para o que pedem a V. Ex.ª seje Servido conceder-lhes a CizMaria das terras que pedem os Supplicantes na forma que Requer e com as confrontasoens asima declaradas de que P. R. M.ce.*

Antes da concessão da carta de sesmaria, deviam ser ouvidos o Procurador da Coroa, representante do Reino de Portugal, e a Câmara da cidade, neste caso a de Itu.

Esse requerimento deve ter sido encaminhado no final de 1794 ou em janeiro de 1795, pois contém o seguinte despacho: "Informe a Câmara e responda o Dr. Procurador da Coroa. São Paulo 23 de Janeiro de 1795". No requerimento havia um erro, pois não se davam mais do que três léguas de terras para cada pedido e se solicitam três léguas para cada um dos quatro pretendentes. O problema foi contornado por meio duma explicação em que se dizia ter havido um equívoco, assinada esta por Tobias Cameiro Soares, provavelmente o procurador deles. Por outro lado, o engano surtiu um efeito inesperado e compensador, pois o grupo recebeu mais de três léguas em quadra de sesmaria.

Sobre esse documento, assentam-se diversas reflexões. A região era bem conhecida em Itu e atraiu o interesse de investidores. Todo porto é local de chegada e saída de passageiros e cargas, portanto um centro de movimento, de encontro; rota sem dúvida para outros lugares, fossem sítios, posses e aqui o sertão. O grupo escolheu um ótimo lugar para explorar matas, terras e lavouras. Mário Neme comenta:

26

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

*Ainda em 1795, começam as atenções a se voltar novamente para além-Piracicaba, incidindo em paragens banhadas pelo rio Corumbataí, movimento que levaria ao povoamento das atuais Rio Claro e localidades vizinhas. No ato citado, quatro interessados requerendo em conjunto, Antonio José da Cruz, Joaquim Francisco da Cruz, Bernardo José Alvares e Joaquim da Costa Garcia (alguns dos quais certamente posseiros já al estabelecidos), pedem três léguas da "outra parte do rio Corumbataí, no distrito de Piracicaba, no caminho que segue para os campos de Araraquara"; este lote faria pião no "porto do rio Corumbataí e a sua testada, acompanhando a margem direita desse rio, seria cortada ao meio pelo caminho dos campos de Araraquara"<sup>10</sup>.*

Essa obra de Mário Neme estava inacabada quando de sua morte em 1973. Uma análise correta do seu conjunto é, portanto, impossível. Alguns dados podem ser levantados a partir do texto acima citado. O excelente pesquisador e historiador de Piracicaba partiu duma premissa: as sesmarias do rio Corumbataí formaram outros municípios, como Rio Claro, Corumbataí e Analândia. Sem dúvida, mas as primeiras estão ainda dentro do município de Piracicaba e atualmente também no de Charqueada<sup>11</sup>. O autor afirma ainda que alguns dos sesmeiros são "certamente posseiros". Na realidade são pessoas influentes de Itu e de Porto Feliz.

O Capitão Antônio José da Cruz nasceu em Portugal, no Arcebispado de Braga, Termo da Vila de Barcelos, filho de Dionízio Gonçalves da Cruz e Antônia M. de Menezes. Seu testamento é de 18 de março de 1799, registrado pelo Tabelião Matheus José Botelho Mourão de Itu. O Capitão faleceu aos 14 de abril de 1804 e seu inventário é de 20 de maio de 1815 (1805?), sendo requerente sua esposa Maria da Candelária de Jesus e testamenteiro seu filho Tenente, depois Capitão, Joaquim Francisco da Cruz<sup>12</sup>.

Antônio José da Cruz e Joaquim da Costa Garcia eram pessoas conceituadas, incumbidas em diversos momentos pela Câmara de Itu, de investigar conflitos de terras. Joaquim da Costa Garcia aparece comprando uma posse e obtendo Carta de Sesmaria<sup>13</sup>. É um investidor de terras, não posseiro. No cartório de Itu existem procurações assinadas em conjunto por ele e seu tio Bernardo José Alvares, vereador em 1803.

O Tenente Joaquim Francisco da Cruz aparece no levantamento das propriedades rurais, ordenado por Dom João VI pelo Aviso régio de 1817, realizado entre 1817-1818, na Freguesia de Piracicaba, Bairro do Corumbataí Acima, como nº 243: "Possue três quartos [de légua] de terras de testada e uma légua de fundo mais ou menos e reside na freguesia de Porto Feliz, e as possui por sesmaria". Continuava portanto como proprietário residindo a léguas de distância, não era em absoluto posseiro, mas um bom fazendeiro, possuindo a sua gleba de sesmaria dezenas de alqueires<sup>14</sup>.

Os quatro pretendentes anteriormente citados tinham altos interesses, investindo nas terras, esperando também explorar as matas

**10 NEME, Mário. Aposseamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba. V.1 Museu Paulista, Série de História, 1974, p. 81.**

**11 NEME, op. cit., p. 127 e 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro 7, fls. 26-31 v.**

**12 MUSEU REPUBLICANO DE ITU: Autos de Cartas de Testamento, 1º Ofício, Fundo Arquivo Central da Comarca de Ytu, M R C I / M P / USP, cx 20 B.**

**13 ARQUIVO DO ESTADO. CO 0234, 8.6.3 e CO 0293, 1.2.28 e 29. / SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Repertório das Sesmarias. São Paulo, 1994. p. 262.**

**14 ARQUIVO DO ESTADO. Tombamento dos Bens Rústicos. Cx. 9869, Flash Porto Feliz, Freguesia de Piracicaba, 1817-1818.**

27

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

da região. Pelo Porto Recreio haveria fácil comercialização e transporte dos produtos. Também não se pode esquecer do antigo caminho para os Campos de Araraquara, via natural de comércio com o sertão. Influência política e recursos financeiros não faltavam ao grupo.

Aos 6 de outubro de 1795, o Governo de São Paulo, com aprovação da Câmara da Vila de Itu, em resposta ao requerimento anteriormente apresentado, concede Carta de Sesmaria ao cidadão português Capitão Antônio José da Cruz. O Capitão recebia juntamente com seu filho Tenente Joaquim Francisco da Cruz, com o cidadão Bernardo José Alvares e o sobrinho dele Joaquim da Costa Garcia uma enorme sesmaria.

A sesmaria recebida pelo capitão, a primeira junto ao Rio Corumbataí, tomou-se conhecida como Sesmaria Corumbataí ou do Cruz.

**CARTA DE SESMARIA PASSADA AO CAPITÃO ANTONIO JOSÉ DA CRUZ, E OUTROS DE TRES LEGOAS DE TERRAS DE TESTADA, E LEGOA E MEYA DE CERTÃO NA PARAGEM, QUE ABAIXO SE DECLARA DO TERMO DA POVOAÇÃO DE PIRACICABA.**

*Bernardo José de Lorena // Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem, que attendendo a me representarem o Capitão Antonio José da Cruz, Joaquim Francisco da Cruz, Bernardo José Alvares e Joaquim da Costa Garcia, que elles supplicantes se querem arranchar em huns matos devolutos, que achão da outra parte do Rio Corumbatahy, districto da povoação de Piracicaba no Caminho, que segue para os Campos de Araraquara, no porto do dito Rio Corumbatahy, fazendo ahy pião, me pedião os supplicantes lhes concedesse por: Sesmaria três legoas de terras para suas lavouras, e creações, seguindo metade da testada Rio acima, e a outra metade Rio abaixo, ficando o dito caminho no meyo da referida testada, correndo o Certão o espaço de Légoa e meya pelo mencionado caminho em diante: e sendo visto o seu requerimento, em que foi ouvida a Camara da Villa de Ytu, por ser do districto, e responder ella, que nas terras, que pedião os supplicantes, para a parte do Rio abaixo, estão arranchados alguns moradores pobres, e que para Rio acima, vezinhando a Povoação, estava devoluto; ao que respondeo o Doutor Procurador da Coroa, e Fazenda, a quem também se deu vista, que na conformidade das Reaes Ordens se devia conceder aos Supplicantes as terras, que pedirão, e que os moradores que dentro dellas se comprehenderem, hajão de preferir pro rata, naquella porção, que segundo a possibilidade de cada hum, lhe for precisa, para o seu estabelecimento, como assim o determinão as mesmas Reaes Ordens, e sem prejuizo de terceiro havendo: Visto Inteligência. Hey por bem dar em Nome de Sua Magestade / em virtude da sua Real Ordem de 15 de junho de 1711 / aos ditos Cappitão Antonio José da Cruz, Joaquim Francisco da Cruz, Bernardo José Alvares, e*



*Joaquim da Costa Garcia as terras, que pedem na paragem mencionada, com as confrontações atrás indicadas, e sem prejuizo de terceiro, ou do direito que alguma pessoa tenha a ellas: com declaração que as cultivarão, e mandarão confirmar esta Carta de Sesmaria por sua Magestade dentro em dous annos, e não o fazendo se lhe denegará mais tempo. Pelo que mando ao Ministro, e mais pessoas, o que o conhecimento desta pertencer, dem posse aos ditos Capitão Antonio José da Cruz, Joaquim Francisco da Cruz, Bernardo José Alvares e Joaquim da Costa Garcia das referidas terras, na forma que pedem. E por firmeza de tudo lhes mandei passar a presente por mim assignada e sellada com o sello de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contém, e se Registrará nos Livros da Secretaria deste Governo, e mais partes, o que tocar, e se passou por duas vias. Dada nesta Cidade de São Paulo. Manuel Cardozo de Abreu a fez aos : seis de Outubro de mil setecentos noventa e cinco = O Secretário do Governo José Romão Junior a fez escrever = Bernardo José de Lorena //<sup>5</sup>.*

Essa carta de sesmaria foi confirmada pelo Conselho Ultramarino em 24 de abril de 1799, com assinatura de Francisco da Silva Costa Leal. O prazo já havia expirado, mas os requerentes afirmam não ter enviado os papéis anteriormente "pelo temor do desincaminamento com a infestação dos inimigos nos Mares"<sup>16</sup>.

Três pontos devem ser ressaltados:

1- A existência dum porto, com a respectiva povoação. Os rios também eram caminhos para a conquista do sertão. Os portos surgiam naturalmente, dependendo da importância das ligações estratégicas do local. Quem constituía a povoação acima mencionada? Índios, mamelucos, desordeiros, fugidos da justiça, pescadores, caçadores, comerciantes, lenhadores e madeireiros? Talvez um pouco de tudo! Aí não faltariam também os práticos dos caminhos do sertão.

2- A presença de indivíduos pobres que devem ser respeitados nos seus direitos de ocupação de porções de terra, aceitando sua presença e entregando-lhes o documento "pro rata", para serem regularizadas as posses na medição e demarcação judicial da sesmaria. Entre os posseiros do Rio Corumbataí, estavam até fundadores da povoação de Piracicaba!

3- A estrada no meio das matas, em direção aos Campos de Araraquara. Partindo de Piracicaba, Boca do Sertão, pela estrada ou pelo Rio Corumbataí, através do Porto Recreio era possível adentrar toda região do sertão, Goiás e Cuiabá inclusive, através dos campos de Araraquara. Essa estrada se manteve aberta ainda com a construção da estrada de ferro. Seu uso só foi interrompido com o advento da era dos caminhões, mas seu traçado ainda é perceptível junto ao Rio Corumbataí, nas paragens São Joaquim e São Bernardo, município de Piracicaba, inclusive na propriedade da Família Boaretto. Acima do porto, num trecho muito propício do Corumbataí, o leito do rio é formado de areia e cascalho e, na época da estiagem, concedia passagem segura para os

15 ARQUIVO DO ESTADO. CO 0369, livro 26, fls. 114-115v / SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Repertório das Sesmarias. São Paulo, 1994. p. 57.

16 Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823): Catálogo 2 – Mendes Gouveia. Coordenação geral de José Jobson de Andrade Arruda. Organização de Heloísa Liberali Bellotto e Gilson Sérgio Matos Reis. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. n.º 3646, p. 562.

29

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

17 BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra., 1998. p.89.

18 PERECIN, Marly Therezina Germano. *Piracicaba "Boca do Sertão"*. Revista do IHGP, ano 3, n. 3, p. 11-24, 1994 e *Piracicaba nos Anais do Morgado de Mateus*. Revista do IHGP, ano 4, n. 4, p. 7-46, 1995.

carroções puxados por bois, carroças, carrinhos e mais tarde os troleis. Os cavaleiros e tropeiros utilizavam a passagem diariamente. Abaixo permanece o paredão de pedras, pronto e abandonado, da ponte que seria construída neste local. Mais tarde ela foi levantada três quilômetros rio abaixo, em terras da antiga Fazenda Tamandupá.

Recreio nasceu como a maioria das vilas e cidades do Brasil, junto a uma das estradas naturais de antigamente, o Rio Corumbataí. Era, além de porto e pousada, possivelmente um diminuto entreposto entre Itu e Piracicaba, por um lado, e os Campos de Araraquara e o sertão, por outro. É de se crer que aí se comercializassem peles de animais para cobertura das cargas, peixes salgados, carne-de-sol, farinha de milho, feijão e toucinho, tão necessários para as entradas do sertão. Também a farinha de mandioca, mesmo sendo de uso mais restrito, não poderia faltar. E por último o fumo de corda, tão estimado por nossos sertanistas.

Segundo antiga tradição oral, o nome Recreio advém da farta caça e da abundante quantidade de peixes, por causa das conhecidas corredeiras, tendo aí a foz do ribeirão Quilombo ou Paraíso. As pessoas que iam caçar ou pescar, ao serem interrogadas, respondiam ir "a recreio!", tornando-se a expressão nome do lugar.

Poética descrição do ambiente foi compilada por uma de suas usuárias, Maria Paes de Barros, filha mais velha do segundo casamento do Comendador Luís Antônio de Souza Barros:

*Mais algumas horas de marcha e chegava-se à beira do Corumbataí. Como fosse inverno, as águas estavam baixas e davam vau.*

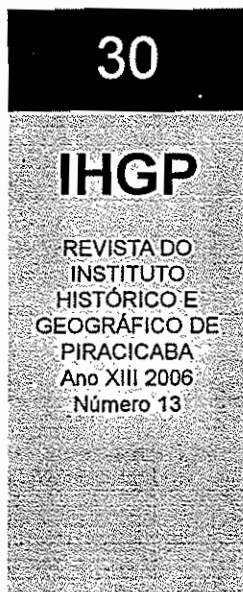
*Entravam todos no rio, com o pajem à frente, que lenta e cuidadosamente indicava a passagem. Seguiam-no as meninas, uma a uma, firmes as rédeas, bem erguida a longa saia de montar. Vinham depois as manas; por último os pais, que, com olhar atento, fiscalizavam a perigosa passagem.*

*Chegados, sem acidente, à outra margem, os cavalos sacudiam-se, livrando-se da água, e os viajantes erguiam os olhos alentados. Entravam já no pasto da fazenda e avistam, ao longe, a casa. À porta estava o administrador, para lhes dar as boas-vindas.*

*Essa era uma extensa fazenda, com grande e viçoso cafezal [...] <sup>17</sup>.*

#### A fundação da povoação do Porto Recreio

Quando nasceu a povoação do Porto Recreio, o hoje já extinto Recreio Velho? A conhecida historiadora Dra. Marly T. G. Percin, em seus artigos, levanta diversas hipóteses sobre o povoamento de Piracicaba, de seu sertão e dos Campos de Araraquara. Descreve a historiadora a primeira tentativa de formação de povoado junto ao Porto de Piracicaba através da sesmaria concedida a Felipe Cardoso em 1726, dizendo também do movimento surgido no sertão entre 1723–1733<sup>18</sup>. Explanando sobre a



primeira tentativa documentável de povoamento da região de Piracicaba, patrocinada por Felipe Cardoso, constata o fracasso desse empreendimento. O local decaiu rapidamente por diversos motivos e enumera: o trânsito desviado dos rios para a variante terrestre entre Cuiabá e Goiás em 1737; a perda por São Paulo dos territórios mineiros de Goiás e Mato Grosso em 1748 e a proibição de utilizar o Caminho de Luís Pedroso de Barros, estrada que levava às minas de Mato Grosso e Goiás, saindo de Piracicaba. Diz ainda a historiadora que, "o sertão continuou a ser freqüentado pelos aventureiros, pelos fugitivos e, principalmente, pelos madeireiros ligados à armação monçoieira de Arataguaba"<sup>19</sup>. De fato, Francisco Galvão de França, no seu juramento, para tomada de posse de sesmaria junto ao Porto Recreio, confessa já ser proprietário duma sesmaria de campos, agora desejava uma de matas<sup>20</sup>.

Recreio foi no passado um grande exportador de madeira e o rio Corumbataí, bastante caudaloso na época, era o meio de desova natural das grandes árvores necessárias para a construção das canoas, utilizadas pelos monçoieiros. O relatório da Estrada de Ferro Ituana diz que, pela estação de Recreio, só no segundo semestre de 1900, foram exportadas 314 toneladas de madeira<sup>21</sup>. A fazenda Recreio, cuja sede estava junto do Porto, manteve sua serraria ainda em plena atividade nos primeiros anos do século XX<sup>22</sup>. A Fazenda Paraíso, confrontante da Fazenda Recreio, exportava enormes toras nas décadas de quarenta e cinquenta do século passado.

Marly Percin acrescenta: "As canoas, esta riqueza gerada em Piracicaba, produziam-se mediante as reservas da mata numa forma mista de economia extrativa e de manufatura, orientadas para a exploração capitalista"<sup>23</sup>.

Não é sem fundamento afirmar que o Porto Recreio existe desde a primeira tentativa de povoamento de Piracicaba no tempo do sesmeiro Felipe Cardoso. A própria povoação de Piracicaba, fundada oficialmente no dia 1º de agosto de 1767, foi construída entre os rios Piracicaba e Corumbataí, conforme aparece no mapa de 1770, conservado no Museu Ultramarino de Lisboa. Ninguém impediria os aventureiros de subir o Rio Corumbataí, sempre muito piscoso, desbravando os sertões e fundando aglomerados humanos. Com certeza isso já tinha sido feito há dezenas de anos!

A avaliação feita pela Câmara de Itu ao requerimento do Capitão Antônio José da Cruz, solicitando terras na região, lança mais luz sobre o assunto. Ela contém diversas assinaturas de Oficiais da Câmara de Itu, como muitos nomes de posseiros:

*O que nos consta das terras que pedem neste Requerimento he que do caminho que vai da Povoação de Piracicaba para os campos de Araraquara onde faz passagem e Porto no Rio de Corumbatahy, que he onde querem os Supplicants fazer Piam na Sismaria que pedem Se acha dahy para Rio abaixo povoados por alguns pobres que são Francisco Rodrigues de Andrade com quatro filhos = Manoel José, Agostinho Leme, Manoel Pais, Marianna Ponse = Sebastião Leme da Costa, Rafael*

19 PERECIN, Marly Therezinha Germano. Revista do IHGP, ano 3, n. 3, 1994. p. 23.

20 ARQUIVO DO ESTADO. Requerimentos de Sesmarias. CO 0329, 84.1.34.

21 Relatório da Estrada de Ferro Ituana, 1900 e 1902.

22 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro de escrituras nº 168, fls. 88 v. a 90.

23 PERECIN, Marly Therezinha Germano. Revista do IHGP, ano 4, n. 4, 1995. p. 21.

31

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

24 ARQUIVO DO ESTADO. Requerimentos de Sesmarias. CO 0323 a., 80.6.44.

25 BARROS, Antonio da Costa, (org.). Piracicaba: Noiva da Colina. Piracicaba: Prefeitura do Município, Ed. Aloisi, 1975, p. 36.

26 Constituição: Nome de Piracicaba quando Vila.

27 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro de escrituras nº 13, fls. 19v; livro auxiliar nº 19, fls. 5 e Livro 179, fls. 18.

28 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro de escrituras nº 12, fls. 19v-21.

*Pereira, a saber os filhos de Francisco Rodrigues de Andrade são homens casados e hum delles com escravos, e os quais todos unidos tem andado na pertença de alcançarem por Sismaria três legoas de terras, que não consta terem conseguido; do Dito Porto para o Rio aSima pela outra banda da Povoação esta athé o prezente devoluto porem como fica muito na vizinhança da nova Povoação de Piracicaba não parece justo que só os Supplicants possuhão tanta Extensão de terras, ficando sem cômodo outros que lá sequerem estabelecer sem embargo do V. Exa. mandará o que for servido. Villa de Itu em Câmara de 2 de Mayo de 1795. Ignácio Dias Ferraz, Pedro Vaz de Barros, José Antônio de Almeida Paes, José Vaz Pinto Ribeiro e João Manoel da Silva Paes<sup>24</sup>.*

Alguns dados chamam a atenção:

1- Ao menos um dos posseiros tinha escravos, mão-de-obra suficiente para desmatar, construir barcos e com certeza também tocar engenho de açúcar. Não seria para a época nenhum pobre e era filho de Francisco Rodrigues de Andrade, um dos primeiros companheiros de Antônio Corrêa Barbosa, o povoador de Piracicaba. Francisco era pessoa de influência, pois liderou um grupo de posseiros para conseguirem sesmaria própria na margem esquerda do Rio Corumbataí<sup>25</sup>.

2- Outro ponto é digno de nota. A estrada para os Campos de Araraquara e o sertão, vinda de Itu, atravessava a povoação de Piracicaba, utilizava a ponte do Rio Corumbataí, caminhava rio acima pela margem direita e retornava à margem esquerda cruzando o mesmo rio no Porto Recreio.

3- As terras na região eram devolutas, significando não terem sido dadas em sesmaria, apesar do grande número de povoadores. Só de Francisco Rodrigues se diz que tem quatro filhos casados, portanto eram sem dúvida muitas as famílias espalhadas pelas margens do Rio Corumbataí, além do grupo mais próximo do porto, que formava a tal povoação detalhada na Carta de Sesmaria. A maior parte dessas pessoas talvez nem constou de nenhum mapa populacional da época. Por outro lado, alguns nomes, além de estarem citados aqui, aparecem no requerimento de sesmaria do grupo de posseiros da margem esquerda do Rio Corumbataí e da Carta da Sesmaria obtida. Existem ainda muitos outros nomes de posseiros conhecidos por outros documentos, como o registro das propriedades e proprietários rurais de 1817-1818.

Outro dado importante sobre posseiros aparece na história da Fazenda Recreio. Aos 25 de setembro de 1858, Antônio Joaquim de Moraes Sarmento e sua esposa, Rita Angélica de Castro, vendem, com escritura lavrada no 1º Tabelião de Notas da cidade da Constituição<sup>26</sup>, a propriedade para o cidadão de São João de Rio Claro, Capitão José Jeremias Ferraz. A gleba consistia num "sítio e terras", à margem do Rio Corumbataí. Em outros papéis aparece a identificação do lugar como Sítio São Joaquim e posteriormente Fazenda São Joaquim. O negócio foi fechado pela importância de nove contos e quatrocentos mil réis<sup>27</sup>, incluindo, na mesma escritura, "uma porção de terras do outro lado do rio, e fronteira do mesmo sítio, constante de um título já entregue ao comprador"<sup>28</sup>.

32

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

O Capitão José Jeremias Ferraz, influente personalidade da história de Rio Claro, deve ter adotado Piracicaba como segundo lar, pois aí adquiriu a casa do Alferes Joaquim José de Oliveira e de sua mulher, Maria Cândida de Barros e Oliveira, aos 5 de fevereiro de 1860<sup>29</sup>.

Na margem oposta do rio, margem direita, na "porção de terras" citada, foi construída pela família Ferraz a sede duma nova fazenda, intitulada Fazenda Recreio. Grande parte dessa fazenda só foi aberta no início do século XX pelos irmãos Dorizzotto, Luigi e Giacomo, imigrantes vênnetos, provenientes de Lugugnana, Comune de Portogruaro, aportados a Santos aos 13 de maio de 1898. Depois de breve estada junto à parada Macuco da Ituana, entre Charqueada e São Pedro e na Fazenda Tamandupá, fixaram-se no Porto Recreio, desmatando a região, plantando cana-de-açúcar e produzindo aguardente de cana. Alguns netos e bisnetos de Giacomo Dorizzotto continuam cultivando propriedades desmembradas das Fazendas Recreio, São Lourenço e Paraíso<sup>30</sup>.

Na escritura de hipoteca da Fazenda Recreio, de 11 de janeiro de 1906, encontra-se a descrição: duzentos e trinta alqueires de terra, plantações, pastos, casa de morada, engenho de cana e serra, prova que suas terras ainda estavam sendo desmatadas. Vinte e sete alqueires de terra são isentados da ação de hipoteca e são citados os nomes de oito famílias:

*[...] da fazenda acima descripta elles outorgantes excetuar da hypotheca vinte e sete alqueires de terras occupadas por Francisco Soares, José Baptista, Joaquim Baptista, Lázaro de tal, Manoel da Silva, Joaquim Rodrigues da Silva ou seus sucessores, Bernardo Sena Bueno e Francisco Antunes Moreira<sup>31</sup>.*

Os vinte e sete alqueires compunham os duzentos e trinta alqueires da propriedade, remanescentes do desmembramento da fazenda São Lourenço. O fazendeiro tinha o domínio das terras, mas, na prática, reconhecia não ter a posse delas. E não se pode esquecer: essa fazenda foi vendida ao Capitão José Jeremias Ferraz, antes do Sítio São Joaquim de 1858, por Antônio Joaquim de Moraes Sarmento, comprador dela, nos antanhos, de Pedro José da Silva, que aparece como proprietário no Bairro do Rio Corumbataí Acima no recenseamento de 1817-1818<sup>32</sup>. Isso comprova a existência de antigos posseiros na área formando o núcleo da povoação do Porto na margem direita do rio, onde estava localizada a fazenda Recreio.

Junto à sede dela, as casas tinham sido construídas mais próximas umas das outras, enquanto na margem esquerda, onde estava o cais, estavam espalhadas. Algumas casas eram de madeira e as mais antigas de taipa, ou, conforme a linguagem do lugar, de barrote, cuja técnica consistia em preparar uma armação de taquaras ou lascas de bambu entrelaçadas e recobri-las, dos dois lados, de barro. Os telhados das mais antigas eram de sapé ou de folhas e troncos de coqueiros<sup>33</sup>.

O porto do Corumbataí continuou sendo bastante utilizado, pois o rio permaneceu como via fácil de escoamento de produtos, até a inauguração da Estrada de Ferro Ituana em 1886.

29 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro 13, fls. 19v.

30 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro de escrituras nº 204, fls. 90v.- 91 v. ; livro nº 210, fls. 26 e livro 339, fls. 89 e 89v.

31 1º TABELIÃO DE NOTAS DE PIRACICABA, livro de escrituras 168, fls. 88v.-90.

32 ARQUIVO DO ESTADO. CO 9869, Tombamento dos Terrenos da Província de São Paulo, Flash de Porto Feliz, Freguesia de Piracicaba, Bairro do Rio Corumbatahy Acima, n. 218.

33 2º Tabelião de Notas de Piracicaba, livro K, p. 118, n. 16.446.

33

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

34 GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. Piracicaba, 1970. IHGP. v. 1. p. 54.

35 ARQUIVO DO ESTADO. CO 0331, 85.3.11.

36 CHIARINI NETO, Pedro. Sítios arqueológicos de Piracicaba e Região. In *Revista do IHGP*, ano 11, n. 11, 2004, p. 29-32.

37 GUIDOTTI, José Luiz. Rio Corumbataí. Piracicaba: C.N. Editoria, 1996; IDEM, Rio Corumbataí. In *Revista do IHGP*, v. 5, n. 5, 1997, p. 23-25 / FRANCHI, José Luís. Estudo da Ação Antrópica na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí. In: *Revista do IHGP*, v. 6, n. 6, 1999, p. 62-65.

38 NEME, Mário. *Aposseamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1974. p. 7.

## Presença indígena no Recreio Velho

Leandro Guerrini afirma que o Padre Ângelo Paes de Almeida foi o primeiro a rezar missa em Piracicaba em 1770, aí permanecendo por dois anos a missionar pelos arredores do lugar, habitado por tribos ferozes<sup>34</sup>. Como não aparecem citações de documentos, torna-se impossível uma constatação rigorosa de tal assertiva. Mas antigas tradições sobre índios perduraram, ao menos no Recreio Velho.

Junto aos documentos, apresentados por Joaquim Cardoso Pimentel no seu pedido de sesmaria, conseguida em 1821, existe um valioso mapa<sup>35</sup>, em que está traçado o ribeirão Tumanupân, nome advindo de uma dança indígena dos índios do local, conforme tradição contada no passado na Escola de Recreio. Os índios cantavam, enquanto dançavam em círculo, batendo os pés no chão e as mãos nas nádegas, repetindo sempre a mesma palavra: "tamanupân, tamanupân"! Tamandupá, conhecido nome da fazenda e da usina de açúcar do bairro em meados do século passado, é uma corruptela dessa palavra.

Dentro dos limites primitivos do Bairro de Recreio, na antiga Fazenda São Joaquim, existem as conhecidas ocas dos índios, monumentos de história antiga<sup>36</sup>. Até agora, pelo visto, nenhum estudo foi desenvolvido sobre os últimos resquícios da extraordinária presença indígena no local ou duma mais antiga civilização, cujos artefatos de pedra eram encontrados por toda parte, até o uso dos tratores na lavoura.

Segundo testemunho do conhecido historiador piracicabano Guilherme Vitti, por volta de 1924, seu pai, o sr. José Vitti, trabalhando de servente da escola do Bairro de Santana, ouviu a professora afirmar aos alunos que na região nunca houvera índios. O sr. José Vitti dirigiu-se a cavalo ao Porto Recreio e, junto do ribeirão Paraíso, recolheu enorme quantidade de arcos, flechas e outros objetos e levou-os para a escola, para provar a falsidade das afirmações da professora.

Por que índios não permaneceram junto do Porto do Corumbataí? Em Piracicaba muitos peixes não conseguiam vencer o salto e tornavam-se presa fácil. Abaixo do salto existe a foz do Rio Corumbataí e milhares de peixes, exaustos na tentativa de ultrapassar o salto, optavam naquela época, como ainda hoje, por uma nova rota, subindo o Rio Corumbataí. Esse rio, com seus mais de 130 km de extensão, seria uma boa alternativa ao Rio Piracicaba. Corumbataí, rio dos corumbatás ou curimbatás, um dos peixes mais apreciados pelos índios por ter bastante sangue, nasce no município de Analândia e tem um desnível anormal, formando corredeiras atrativas para os peixes, especialmente na época da piracema<sup>37</sup>.

Mário Neme introduz sua última obra, "Aposseamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba", descrevendo sinteticamente as duas extensas vias de penetração sertanista nos séculos XVII e XVIII, da então Vila de São Paulo, heranças indígenas, em direção ao norte, utilizada por Anhangüera na procura de ouro em Goiás, e noroeste, futuro Picadão de Luís Pedroso de Barros, caminho por terra até o Rio Grande, atual Rio Paraná, em busca das minas de ouro de Cuiabá<sup>38</sup>.

34

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Sobre a via, rumo noroeste, já se encontram alusões em 1606 e referência expressa num papel oficial, ou seja, na avaliação do inventário do sertanista Bernardo Bicudo de 14 de agosto de 1650: "Mais se botou neste inventário meia legua de terras de mattos naninhos em Capibari, na estrada velha do sertão que vae para o sertão dos Bilreiros"<sup>39</sup>. Bernardo Bicudo redigiu seu testamento em março de 1649, antes de partir na bandeira de Francisco de Paiva, diante dos perigos a enfrentar no sertão. Lá de fato veio a falecer<sup>40</sup>.

Os bilreiros, também conhecidos como caiapós, senhores absolutos de todo o interior da capitania de São Paulo até meados do século XVII, e sua "estrada velha do sertão" foram longamente investigados por Mário Neme em dois de seus mais conhecidos artigos<sup>41</sup>.

Esses caiapós, chamados por alguns autores de caiapós meridionais, tribo Jê, hoje extinta<sup>42</sup>, eram índios receptivos aos brancos. Uma conhecida descrição dos caiapós provém da Breve Notícia do Capitão Antônio Pires:

*Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no Estado do Maranhão chamam principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes destes bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres,...*<sup>43</sup>

Essa muita terra povoada pelos caiapós meridionais compreendia "vasta região que se estendia a noroeste da vila de São Paulo, ao norte de Cuiabá e a leste e ao norte de Goiás"<sup>44</sup>. Sua presença constante e diária tomou "o nome 'Cayapós' tão vulgarizado n'outro tempo nas províncias de S. Paulo, Goyaz e Minas, que se dava indistinctamente ao índio que ali apparecesse qualquer que fosse a sua raça"<sup>45</sup>.

Os caiapós meridionais, pressionados sempre mais pelos mineradores, sertanistas e pela guerra incessante movida pelo governo, forçando seu distanciamento das minas e das rotas terrestres e fluviais, foram se internando sempre mais no sertão. Após repressão brutal, praticamente desapareceram como etnia diferenciada, não sem antes opor renhida resistência.

O verdadeiro carrasco deles foi o ituano Antônio Pires de Campos, o moço, alcunhado de Pay Pyrã. Tendo-se tornado uma espécie de cacique dos bororos, com cerca de quinhentos guerreiros dessa tribo, investiu contra os caiapós, a partir de 1739, queimando suas aldeias, matando mulheres e crianças e reduzindo os adultos à escravidão. Pay Pyrã, atingido no braço por uma flecha envenenada dos próprios caiapós, faleceu no arraial de Paracatu, Minas Gerais, em fins de 1751 ou início de 1752<sup>46</sup>.

Existem dois períodos na história dos índios caiapós em sua relação com os paulistas. As primeiras entradas e bandeiras foram sempre bem recebidas e comercializavam tranqüilamente com esses índios, trocando mantimentos e obtendo provavelmente guias para o ser-

39 Inventários e Testamentos, São Paulo: ARQUIVO DO ESTADO, 1921, v. 15, p. 176-177 e 181.

40 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1969. p. 72.

41 NEME, Mário. Dois Antigos Caminhos de Sertanistas de São Paulo e Dados para a História dos Índios Caiapó. In: Anais do Museu Paulista. v. 23, 1969. p. 7-147.

42 SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. In: Revista de História, n.18, São Paulo, 1954, p. 396-397.

43 Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos. In: Relatos Sertanistas. Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976], p. 181.

44 KOK, Glória. O Sertão Itinerante: Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004. p. 137.

45 OLIVEIRA, Machado d'. Os cayapós. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: t. 24, 1861, p. 492.

35

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

46 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. p. 103-104.

47 REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, ano 2, v. 20. 1936. p. 62.

48 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989. p. 107-108.

49 Apud Mário Neme. Dados para a História dos Índios Caiapós. In: *Anais do Museu Paulista*. v. 23, 1969. p. 113-115.

50 FRANCO, op. cit., p. 431 e *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 3, v. 25, p. 97.

51 *Actas da Camara da Villa de S. Paulo, 1596-1622*. v. 2. p. 343.

52 BARROS, Antonio da Costa (org.). *Piracicaba: Noiva da Colina*. Piracicaba: Prefeitura Municipal, Ed. Aloisi, 1975. p. 19.

tão. Só eles tinham conhecimento do terreno, das regiões de caça e pesca e dominavam todas as antigas trilhas. Os oficiais da Câmara de São Paulo, em petição de 26 de outubro de 1725, são obrigados a reconhecer, mesmo a contragosto e por interesses escusos, os valores e qualidades da gente da terra:

*[...] e Como Sem a gente parda, se nam podem Fazer os desCubrimentos do ouro por Ser Só ella a q'. Sabe Talar o Çertão e navegar os Rios, Livrando dos perigos que nelles Se emcontrão por cauza das muytas cachoejras e o mais que embaraSsam as navegaçoins Sendo – a dita gente parda a que Sustenta aos Sertanistas, assim pellos Rios Como por Terras pello Largo conhecimento que tem de tudo que possa Servir de alimento, [...]*<sup>47</sup>

O bom relacionamento com os paulistas no início do século XVII é testemunhado pela bandeira de Belchior Dias Cameiro em 1607<sup>48</sup>. A despeito das afirmativas feitas por Carvalho Franco em sua obra, os documentos provam o contrário. As descrições dessa bandeira demonstram o comércio amigável com os bilreiros e na partilha dos prisioneiros só se fala em gentio Tememinó<sup>49</sup>.

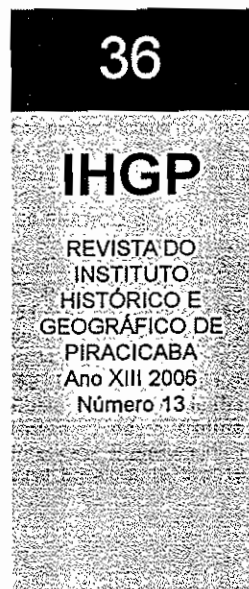
Essa aliança foi rompida, ao que tudo indica, em 1612 com Garcia Rodrigues Velho<sup>50</sup>. Esse ex-capitão e ex-vereador da vila de São Paulo fez uma entrada ao sertão dos caiapós, retornando logo no ano seguinte, trazendo muitos deles cativos. A Câmara da Vila de São Paulo, indignada pelo fato de ele ter atacado os bilreiros, reage mandando notificar, aos trinta de novembro de 1613, a Garcia Rodrigues, como cabeça e capitão do grupo:

*Viesse a esta camara a dar comta que fez ou que se fez dos bilreiros por serê informados que os trazião repartidos estamdo eles de paz em a sua aldea fazemdo mtº gazalhado aos brãquos que la ião porque não hera rezão que os repartisê senão que fossê postos em sua aldea e liberdade como forros que são...*<sup>51</sup>

A câmara afirma a boa acolhida sempre dada pelos bilreiros aos brancos e insiste em sua liberdade, não aceitando sua divisão como escravos entre os componentes da entrada.

Em resposta a essa atitude aloucada de Garcia Rodrigues, responderam esses bilreiros, caiapós do Tietê, internando-se mais profundamente no sertão e só reaparecendo na história como "volantes e inimigos cruéis", "corsários de outros gentios" e epítetos semelhantes, até praticamente sua extinção.

Deve-se à guerra movida contra os caiapós um dos primeiros documentos relativos à história de Piracicaba. É a resposta de 28 de março de 1733, do sertanista Manoel Correa Arzão, dispondo-se, como vassalo de Sua Majestade, a ir "à conquista dos Bárbaros que infestam as minas de Cuiabá", por convocação do governador Dom Antônio de Távora, de vinte e dois de março de 1733<sup>52</sup>.





Dom Luís Antonio de Souza, escrevendo em 29 de novembro de 1772 para o Capitão José Gomes da Gouvea, encarregado de preparar nova expedição para Iguatemi, usa de um expediente revelador do espírito da época, com relação aos índios caiapós. Como ninguém se candidatava para Iguatemi, para conseguir voluntários, manda "dar a entender q' he p.<sup>a</sup> dar no Gentio Cayapó, q' agora nos infesta a Navegação do Cuyabá desde Avandava em té o Rio Pardo"...<sup>53</sup> Caçar, escravizar ou matar caiapó tinha se tornado uma paixão na capitania, causa mesmo de fama e vanglória, a ponto de atrair voluntários! Augusto de Saint-Hilaire, referindo-se aos paulistas, chega a afirmar, de forma exagerada, que "a caça aos indígenas constituía sua única ocupação"<sup>54</sup>.

Donde procedia e para onde se encaminha a "estrada velha do sertão dos bilreiros"? Derivava do caminho geral, também chamado caminho imperial, que, proveniente de São Paulo, passava por Sant'Ana de Pamaíba e buscava a região de Itu e Porto Feliz. Derivando desse caminho, junto ao morro Putribu, seguindo rumo noroeste, "a estrada velha do sertão dos bilreiros", provável rota de Luís Pedroso, passava pela paragem de Capivari, em direção do rio Piracicaba. Mário Neme observa que, se este caminho atravessava o Piracicaba, "obedecendo ao seu próprio traçado inicial, prosseguiria na direção dos campos de Araraquara"<sup>55</sup>. E a área de Rio Claro constituir-se-ia num cruzamento de dois caminhos, ou numa interligação da "estrada velha do sertão dos bilreiros" e o "caminho dos batatais": a estrada de Cuiabá de Luís Pedroso e a estrada do Anhangüera. Fernando Altenfelder Silva salienta: "A estrutura morfológica da região descrita como área de Rio Claro confere-lhe o caráter de ponto de cruzamento de dois caminhos migratórios para os deslocamentos Norte-Sul ou Leste-Oeste"<sup>56</sup>. E o engenheiro Luís D'Alincourt, no início do século XIX, propõe um traçado ideal para nova estrada à Província do Cuiabá<sup>57</sup>. Mas há pelo menos duzentos anos este era o roteiro aproximado da "estrada velha do sertão dos bilreiros", a partir de Ipeúna até o rio Paraná! Acrescenta D'Alincourt "ficarem os comerciantes isentos de pagar o imposto das passagens em muitos rios da atual estrada [dos Goiazes]; e os Direitos Públicos em Goyaz". Desse expediente já se utilizavam muito bem os comerciantes ituanos, percorrendo a "estrada velha do sertão dos bilreiros", agora chamada de Picadão de Luís Pedroso!

A professora Hélia Maria de Fátima Gimenez Machado, em sua dissertação de mestrado "Uma História para Ipeúna", elaborada em 2004 pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), obteve uma excelente entrevista, dum antigo morador de Ipeúna, Sr. Pedro Ferreira:

*Meu avô chegou a Rio Claro junto com a ferrovia, vieram de Portugal. Ele tinha 20 anos, sabia ler e escrever. A família foi trabalhar no "avançamento" dos trilhos da ferrovia, era a Companhia Paulista. Passaram a trabalhar na abertura e prolongamento da estrada de ferro. Chegaram na época da inauguração da estação ferroviária de Rio Claro [1876]. Em Rio Claro foi feita uma parada na linha. Por uns tempos não seguiu a construção de novos trilhos. O trabalho era muito duro e o ganho era pouco, então eles se desligaram da Companhia e se tornaram empreiteiros,*

53 DOCUMENTOS INTERESSANTES. v. 7, p. 133.

54 SAINT-HILAIRE, Augusto de. Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976]. p. 164.

55 NEME, Mário. Dois Antigos Caminhos de Sertanistas de São Paulo. Anais do Museu Paulista. São Paulo. tomo 23, p. 40. 1969.

56 NEME, op. cit., p. 40.

57 D'ALINCOURT, Luiz. Viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976]. p. 16-17.

37

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

58 MACHADO, Hélia Maria de Fátima Gimenez. Uma História para Ipeúna. Dissertação de Mestrado elaborada para a UNESP. Rio Claro. 2004. p. 57-58.

*fornecendo lenha para as máquinas. A Paulista era de Rio Claro para Jundiá, de lá para frente era aquela mais antiga, não me lembro o nome, mas sei que chegava até Santos.*

A família Ferreira foi procurar local para explorar madeira. Começaram a procurar um lugar de mata onde pudessem tirar madeira para vender na companhia. Chegaram à serra de Itaqueri. Não tinham dinheiro para comprar terras, cortavam madeira e vendiam. A madeira melhor era destinada aos dormentes e a de categoria inferior usada como lenha para as caldeiras. Na busca pelo local onde pudessem extrair madeira, encontraram uma aldeia, "coisa primitiva, com caboclos meio aniscos, custou eles terem amizade. Imagine, eles eram estrangeiros, aqueles caboclos quase índios. Aquela meia dúzia de cabebres que deveriam estar ali para aproveitar água da cabeceira. Em volta dessa aldeia era só 'sambambaieiro' e mais nada... Era um mundo aberto entre o que é hoje o município de Ipeúna, Itirapina, e quem sabe até São Carlos. Onde hoje é Ipeúna não tinha nada.

*Depois que conseguiram se chegar aos caboclos (...) Permaneceram lá por um certo tempo ali junto com os caboclos, não eram de trabalhar muito... tinham roça de milho e mandioca, não tinham roupa. Faziam de tecido tirado das árvores, eles mesmos. Não tinham arma de fogo nem ferramenta, caçavam com arapuca ou assobiando para o passarinho. Se fosse macho, assobiavam imitando fêmea, e se fosse fêmea, assobiavam como macho. O passarinho vinha e eles matavam com vara. Tinham uma pontaria que Deus me livre, matavam com vara... a gente do meu avô foram ficando com eles e, quando ia escurecendo, as mulheres acendiam vela num cruzeiro que eles mesmo fizeram. Os homens que ainda estavam na mata olhavam a luz da vela... e iam vindo, e acertavam voltar. Eles contavam que nesse lugar também ficavam os mascates e os tropeiros.*

A "gente da terra" a quem o sr. Pedro se refere parece ser um pequeno grupo de mamelucos ou caboclos, que ali viviam, sem incomodar os donos da terra que, por sua vez, permitiam que eles sobrevivessem por ali. Sempre que tentávamos aprofundar as perguntas na busca de informações mais específicas sobre o tipo de vida e de atividades desses primeiros moradores, o sr. Pedro voltava a falar sobre a maneira como eles caçavam os passarinhos, ou como eram os rios e matas do lugar. Em sua lembrança, as informações que mais interessavam a um menino foram as que passaram a ser narradas com maior entusiasmo. Hoje, já velho, a memória do Sr. Pedro sobre aquele período tinha sido organizada e construída através dos interesses e das curiosidades de um menino que ouviu muitas vezes essa história contada por seu pai, que ouviu de seu avô<sup>58</sup>.

"Não tinham arma de fogo... Tinham uma pontaria que Deus me livre, matavam com vara"... Esse espanto do sr. Pedro Ferreira, entrevistado da professora Hélia Machado, já foi expresso por muitos estudiosos dos caiapós.

38

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Pe. Jácome Monteiro, em sua "Relação da Província do Brasil de 1610", falava em uns índios que eram chamados bilreiros "por trazer nas mãos uns paus roliços a modo de bilros, com os quais guerreiam com tanta destreza, como com espingardas, e são tão certos no tiro que raramente erram e com tal força despendem o pau que até os ossos moem com a pancada..."<sup>59</sup>. O capitão Antonio Pires de Campos, em 1723, escrevendo sobre o gentio caiapó, expressa a mesma admiração, "e também usam de garrotes, que são de pau de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem-feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça; é arma que mais se fiam, e se prezam muito dela"<sup>60</sup>. Em 1727, o Capitão João Cabral Camello identifica os caiapós como "o gentio que usa de porrete, ou bilro"...<sup>61</sup>. Por volta de 1734, "Francisco Palácio descreve, com detalhes, outra tática usada pelos caiapós no combate aos sertanistas: 'Costumam estes estar escondidos em qualquer moitazinha de matto bisuntados com terra, e estareis olhando para elles, sem divizares q. he gente, e deixandovos passar vos foram tyro por de traz com o já nomeado porrete pondo vos os miolos a mostra, e basta hum só gentio desta nasção para acabar hua tropa de muitos milhares de homens'. "<sup>62</sup>. Já Egon Schaden, em 1954, descrevendo os índios de grande extensão do noroeste do Estado de São Paulo, afirma que os caiapós meridionais "serviam-se de grandes cacetes"<sup>63</sup>.

O sr. Pedro Ferreira conclui seu depoimento dizendo: "Eles contavam que nesse lugar também ficavam os mascates e os tropeiros." Pudera, por lá era a rota do Picadão de Luís Pedroso, antiga trilha dos caiapós.

Muitas lendas se formaram na história de Piracicaba sobre os índios paiaguás. É provável a presença anual deles subindo o Rio Piracicaba na época da piracema, perseguindo os cardumes apressados em busca de refúgios propícios para a desova. Os paiaguás, porém, nunca abandonariam suas canoas para enfrentar, nas matas dos rios Piracicaba e Corumbataí, os tão temíveis bilreiros, os caiapós meridionais!

#### Arquivos Consultados

Arquivo do Estado de São Paulo.  
Arquivo Central da Comarca de Ytu, M R C I / M P / USP.  
Arquivo do 1º Tabelião de Notas de Piracicaba.  
Arquivo do 2º Tabelião de Notas de Piracicaba.

59 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. v.8. Lisboa: Livraria Portugalia, [1938]. p. 396.

60 CAMPOS, Antonio Pires de. *Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos*. In: *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976]. p. 181-182.

61 CAMELLO, João Antonio Cabral. *Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiazes...*. In: *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976]. p. 115.

62 KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004. p. 143.

63 SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. In: *Revista de História*, n.18, São Paulo, 1954, p. 396-397.

39

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

## BIBLIOGRAFIA

Actas da Câmara da Villa de São Paulo, 1596–1622, vol.2. p.343.

ARQUIVO DO ESTADO. Inventários e Testamentos, São Paulo: 1921, v.15, p.176–177 e 181.

ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida; BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na estrada do Anhangüera: Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas; FFLCH / USP, 1999.

BARROS, Antonio da Costa, (org.). *Piracicaba: Noiva da Colina*. Piracicaba. Prefeitura de Piracicaba, 1975.

BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CHIARINI NETO, Pedro. Sítios arqueológicos de Piracicaba e Região. In: *Revista do IHGP*, ano 11, n.11, 2004.

D'ALINCOURT. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins, [1976].

Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618–1823): Catálogo 2 – Mendes Gouveia. Coordenação geral de José Jobson de Andrade Arruda. Organização de Heloísa Liberalli Bellotto, Gilson Sérgio Matos Reis. Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

FRANCHI, José Luís. Estudo da ação antrópica na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí. In: *Revista do IHGP*, v.6, n.6, 1999. p.62–65.

GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. Piracicaba : IHGP. 1970. 2 v.

GUIDOTTI, José Luiz. *Rio Corumbataí*. Piracicaba: C. N. Editoria, 1966 e *O Rio Corumbataí*, *Revista do IHGP*, v.5, 1977.

KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. V.8. Lisboa: Livraria Portugalia, [1938]. p.396.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

MACHADO, Hélia Maria de Fátima Gimenez. **Uma História para Ipeúna**. Dissertação de Mestrado. Rio Claro:Unesp, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luíza . **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista: 1700–1836**. São Paulo: Edusp, 2000.

MELLO, J. S. A Fundação de Piracicaba. In: **Almanaque de Piracicaba**, 1900.

NEME, Mário. Apossamento do Solo e Evolução da Propriedade Rural na Zona de Piracicaba. V.1. Coleção Museu Paulista, Série de História, São Paulo, 1974.

NEME, Mário. Dois Antigos Caminhos de Sertanistas de São Paulo e Dados para a História dos Índios Caiapós. In: **Anais do Museu Paulista**. v.23, 1969. p.7–147.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. Piracicaba : Boca de Sertão. **Revista do IHGP**, v.3, n.3, 1994.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. Piracicaba nos Anais do Morgado de Mateus. **Revista do IHGP**, v.4, n.4, 1995.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo**. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976]. p.164.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Cultura. **Repertório das Sesmarias**. São Paulo, 1994. p.522.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. In: **Revista de História**, n.18, São Paulo, 1954, p.396–397.

SYLOS, Honório de. **São Paulo e seus Caminhos**. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1976.

TAUNAY, Affonso de E. **Relatos Monçoeiros**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TAUNAY, Affonso de E. **Relatos Sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 2ª tiragem, [1976].

41

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

**Atas e Relatórios**

Actas da Camara da Villa de S. Paulo, 1596–1622, vol.2.

Relatório da Estrada de Ferro Ytuana, 1900.

Relatório da Estrada de Ferro Ituana–Sorocabana, 1902.

**Jornais**

6. O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 fev. 2004. Caderno
- A7. JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 abr. 2004. Caderno
- A11. JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 1º dez. 2004. Caderno
- A10. JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 1º dez. 2005. Caderno

**Revistas**

Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, ano 2, v.20, fev.1936.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. Piracicaba, ano 3, n.3, 1994.

\_\_\_\_\_. Piracicaba, ano 4, n.4, 1995.

\_\_\_\_\_. Piracicaba, ano 5, n.5, 1997.

\_\_\_\_\_. Piracicaba, ano 6, n.6, 1999.

\_\_\_\_\_. Piracicaba, ano 11, n.11, 2004.

REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, n.18, 1954.

REVISTA ANUAL DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETHNOGRÁFICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, t.24, 1861.

## MIGUELZINHO DUTRA

(Tópicos Biográficos)

Guilherme Vitti<sup>1</sup>

Aqui vão transcritos, na ortografia atual, referências a esse multiforme talento artístico, Miguel Arcanjo Benício Assunção Dutra, encontradas nos anais da Câmara Municipal. Esperamos sejam de ajuda a biógrafos potenciais desse filho adotivo da Noiva da Colina.

"O Sr. Castanho indicou que, havendo certos dinheiros designados por lei para as obras da Matriz, convinha à Câmara nomear um encarregado, e julgou capaz dessa comissão Miguel Arcanjo Benício, visto que ao Vigário não lhe resta tempo a este fim. O Sr. Mello concorda com a indicação, mas acha justo que se tenha uma entrevista com o Vigário, por ser quem tem toda a ingerência na Igreja. O Sr. Castanho indicou que o Sr. Mello não está ao fato que os encarregados das igrejas são independentes, tanto assim que, em Itu e Campinas têm, maiormente que a nossa igreja não acabada. Posto à discussão, ficou adiado..." (Atas, 8 – Fls. 27).

\*\*\*

"O Sr. Castanho indicou que, consultando o Dr. Felipe, este aconselhou que podia a Câmara nomear um encarregado da obra da Matriz, por isso entendia que essa nomeação deveria recair em Miguel Arcanjo Benício. O Sr. Ferraz nomeou a Bento Manoel de Moraes. O Sr. Castanho ponderou que o Bento mora no sítio e não tem a inteligência do Miguel, que entende de arquitetura, riscos de Geometria e, por isso, poderá reparar qualquer defeito que possa aparecer na obra. O Sr. Leite concordou porque pensou que o Bento era para Tesoureiro, por isso tinha votado nele. Posto à votação, passou na forma de indicação do Sr. Castanho, contra os votos do Sr. Presidente e Ferraz..." (Atas 8 – Fls. 30).

\*\*\*

"O Sr. Presidente fez sentir à Câmara que ainda não foi decidido o parecer da comissão acerca do cemitério, e propunha para encarregado dessa subscrição a Miguel Arcanjo Benício, João José Corrêa e João Antonio de Siqueira..." (Atas 8, Fls. 39 v).

<sup>1</sup> Guilherme Vitti é sócio fundador e Ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

43

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

"Foi lido um requerimento de Miguel Arcanjo Benício Dutra, fazendo sentir que há de se transladar a Imagem da Boa Morte e que, havendo procissão, na qual saíra o Santíssimo Sacramento e estando a rua por onde deve passar a referida procissão necessitada de alguns reparos, por isso pedia que a Câmara autorizasse a quem competia, a fim de fazer ditos reparos. Posto em discussão, foi deferido dito requerimento, a ordenou-se que se oficie ao Fiscal para fazer aqueles reparos..." (Atas, 8 – Fls. 71 v).

\*\*\*

"O mesmo Senhor Presidente fez sentir à Câmara que era necessário nomear-se um Diretor que se encarregasse das obras da Matriz, e que, na pessoa de Miguel Arcanjo Benício Dutra, se reuniam boas qualidades para isto, porém, que era preciso que se lhe marcasse uma gratificação, porque estes serviços necessariamente haviam de o distrair de outras suas ocupações. Foi esta indicação aprovada e encarregado o Sr. Floriano Leite para disto tratar..." (Atas, 9 – Fls. 155 v).

\*\*\*

"Compareceu o Miguel Arcanjo Benício Dutra, convidado pelo Vereador Floriano Leite, para a Câmara contratar a obra da igreja Matriz e, entrando a Câmara em ajustes com o mesmo, acordaram pela maneira seguinte: Miguel Arcanjo Benício fica encarregado como Diretor da obra da Matriz, ficando ela debaixo de sua direção, percebendo pelo seu trabalho, a diária de dois mil réis, por ser a obra de Santo Antonio. Foi isto aprovado pela Câmara e deliberado que, primeiramente, o Diretor promovesse um concerto na torre velha, que está arruinada, quanto antes, e depois principiasse com a nova, indo esta no centro da Matriz, com o plano dado pelo mesmo..." (Atas, 10 – Fls. 157 v).

\*\*\*

"Foi lido um requerimento de Miguel Arcanjo Benício, em o qual pedia que a Câmara mandasse franquear a ponte sobre o rio Piracicaba, mandando primeiramente fazer um exame sobre a mesma, a fim de conhecer-se se está em termos de por ela transitarem carros. Entrando em discussão, foi deliberado nomear-se uma comissão para examinar a ponte e seu estado de solidez, e deferiu-se o requerimento, e foram eleitos os Srs. Capitão João Morato de Carvalho e Francisco Coelho Barbosa, apresentando seu parecer ao Sr. Presidente, para este deferir ou indeferir o requerimento, à vista do parecer da comissão, com a condição, porém, de aterrar-se o lugar com terra, sem o que não poderão transitar..." (Atas, 10 – Fls. 84).

\*\*\*

44

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



"Foi lido um requerimento de Miguel Arcanjo Benício, zelador da igreja da Boa Morte, requerendo providências sobre aquela rua. Entrando em discussão, o Sr. Presidente informou que se passa a dar as necessárias providências, e foi o mesmo deferido pela maneira seguinte: já o Presidente da Câmara deu as Providencias..." (Atas, 10 – Fls. 145 v).

\*\*\*

"Foi lido um outro (requerimento) de Miguel Arcanjo Benício Dutra, requerendo que a Câmara mande consertar a rua da Boa Morte. Entrando em discussão, o sr. Almeida Cunha disse que votava a favor, visto achar-se justo o seu alegado. Foi finalmente deferido, da maneira seguinte: Deferido, ficando a cargo do peticionário fazer os mesmos consertos, consultando com o sr. Presidente da Câmara a respeito..." (Atas, 10 – Fls. 171).

\*\*\*

"Quanto, porém, à plantação (de árvores) ao redor do pátio da Matriz, ficou para dele ser encarregado, Miguel Arcanjo Benício Dutra, consultando igualmente ao sr. Presidente..." (Atas, 10 – Fls. 173 v).

\*\*\*

"Foi lido um requerimento de Miguel Arcanjo Benício Dutra, zelador da igreja da Boa Morte, mandou-se passar..." (Atas, 11 – Fls. 58 v).

\*\*\*

"Foram mais lidos e assinados dois ofícios, um ao Administrador das obras da Matriz desta cidade, Marcelino José Pereira, outro a Miguel Arcanjo Benício Dutra, este para mandar demolir o Teatro, dando-se o prazo de sessenta dias, pena de a Câmara mandar demoli-lo à custa de quem ao mesmo pertence..." (Atas, 11 – Fls. 79 v).

\*\*\*

"Outro requerimento de Miguel Arcanjo Benício, no mesmo sentido (refere-se à construção do puxado em sua casa). Teve o mesmo destino (encaminhamento à comissão)..." (Atas, 11 – Fls. 138).

\*\*\*

"Requerimento de Miguel Arcanjo Benicio, em que requer concessão para levantar um puxado na altura e seguimento de sua casa que já tem, para o lado da Boa Morte. A Câmara deferiu o requerimento..." (Atas, 11 – Fls. 186).

\*\*\*

45

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

"Indicou o Dr. Eulálio que, tendo a Câmara passada, nomeado uma comissão, composta do Dr. Felipe Xavier da Rocha, Comendador Francisco José da Conceição e Vigário Joaquim Cipriano de Camargo, para cuidarem da aquisição de meios para as obras da igreja Matriz, e da administração dessas mesmas obras, e tendo, ao depois, passado esses trabalhos ao cargos de outros cidadãos, como o Vigário Francisco Galvão Paes de Barros e Miguel Arcanjo Benício Dutra, a Câmara convidasse esses Senhores a virem com suas contas na próxima sessão ordinária a 7 de Julho próximo futuro, para que possam-se reconhecer quais os meios de que se têm dispostos e quais as despesas feitas, e tomar providências a respeito de tais obras..." (Atas, 11 – Fls. 278).

\*\*\*

"Seu nome consta da lista dos presentes à reunião destinada à compra de ações para a instalação do ramal da estrada de ferro Ituana, até nossa cidade..." (Atas, 11 – Fls. 65).

\*\*\*

"Prestação de contas entregue na sessão da Câmara, de 5 de janeiro de 1873. Apenas a citação da prestação". (Atas, 12 – Fls. 73).

\*\*\*

"Receberam-se ofícios do ... e de Miguel Arcanjo Benício Dutra, zelador da Irmandade da Boa Morte, prestando informações pedidas em ofício de 23 de Novembro último..." (Atas, 12 – Fls. 91).

\*\*\*

"O Sr. Dr. Manoel de Moraes Barros, na qualidade de relator da comissão incumbida de verificar se o terreno em aberto, em frente ao Colégio da Assunção, é público ou particular, diz que a mesma comissão verificou que esse terreno é particular e propriedade do Major Fernando Ferraz de Arruda e do Vigário Francisco Galvão Paes de Barros, que compraram dos herdeiros de Miguel Arcanjo Benício Dutra, por escritura pública de 22 de fevereiro de 1882, nas notas do Tabelião França..." (Atas, 13 – Fls. 136 v).

\*\*\*

E nada mais foi encontrado nos livros de atas da Câmara Municipal. No livro de ofícios de 1839 e 1855, fls. 79 v, há um longo ofício dirigido ao Presidente da Província, com referência ao mesmo Miguel, apesar de não ser citado nominalmente:

46

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

“Excelentíssimo Senhor:

Tendo esta Câmara pedido à Assembléia Provincial que, na lei do orçamento deste presente ano, fosse designada alguma quota para a obra da igreja Matriz desta Vila, ela, atendendo a esta urgente necessidade, segundo a exposição feita por esta Câmara, não vacilou em decretar a quantia de dois contos de réis para esta obra, e da mesma forma, a Câmara espera que V. Exa., atendendo a esta necessidade que, de dia em dia, cresce, determina que, quanto antes, seja satisfeita esta quantia de esses dois contos, para que não parem os trabalhos em dita igreja, este templo apenas começado, por falta de recursos, teve de estar parado por muito tempo, até que, há ano e tanto, um particular, tomando a si todo o peso da administração desta obra, e mendigando esmolas dos fiéis que prontamente têm concorrido com quantias superiores às suas forças, só para que possam ter uma casa em que se celebre o culto divino e se preencham os deveres de cristão, tem dado um grande impulso a esta obra; mas acontecendo que os fiéis já se acham exauridos e, por isso, em circunstâncias de pararem os trabalhos, caso não venha desde já essa quantia. A Câmara se apressou a fazer sentir isto mesmo a V. Exa., de que esperam toda a proteção e coadjuvação para esta obra. Hoje se acham os oficiais trabalhando no retábulo, que ainda está em princípio e, tendo para isto sido chamado um entalhador de outra povoação, que foi preciso mudar-se para esta Vila com sua família, durante esta obra, acontecerá que, uma vez paralisados os trabalhos por falta de dinheiros, este entalhador terá de se retirar e ficar assim, talvez para sempre, esta igreja, sem o retábulo, tão essencial, dispensando-se, ao mesmo tempo, os demais oficiais e trabalhadores, que estão engajados em dita obra; além disso, ainda mesmo para conservação de algumas coisas que já estão feitas, de necessidade é que se façam outros serviços e reparos que demandam despesas. Sobre tudo ainda, esta Câmara, para mostrar a necessidade da conclusa desta obra e inflamarnos no prosseguimento do trabalho nela, até que fique em um ponto que, com decência, já se possa celebrar o culto divino, ainda que não concluída, basta fazer sentir a V. Exa. que este é o único templo que tem esta Vila, a qual, embora não seja das mais abastadas da Província, é, todavia, uma das mais populosas, apesar de ainda nascente, razão também que bem se mostra a necessidade da existência de um templo pelo menos. À vista, pois, do exposto, e de que V. Exa. não hesitará no que estiver nas suas mãos, em acudir às primeiras necessidades de seus habitantes, a Câmara espera que V. Exa., com a brevidade possível, ordene que se faça a entrega dos dois contos de réis ao Procurador constituído por esta Câmara, para esse fim. Deus guarde a V. Exa. muitos anos.

Paço da Câmara Municipal da Vila da Constituição, em sessão de 11 de maio de 1844.

Ilmo. E Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo.

Antonio Fiúza de Almeida – Antonio José da Conceição – Fructuoso José Coelho – Domingos José da Silva Braga – Manoel Duarte Novais – Francisco Florêncio do Amaral –

Está conforme o original.

O Secretário José Lopes Siqueira”

\*\*\*

47

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Além dos livros de atas e de ofícios, existe, no Arquivo da Câmara Municipal, o primeiro livro da Irmandade do Santíssimo sacramento, no qual há várias alusões a ele. Ei-las:

"Foi lida pelo Irmão Pinto uma carta do cidadão Miguel Arcanjo, em a qual manifesta a disposição em que se acha de, por devoção, encarregar-se da festa da Semana Santa, uma vez que para ela haja meios, em consequência da qual, indicou mais o Irmão Pinto se nomeasse uma comissão de dois membros, a fim de ver se, por meio de uma subscrição, se obtinha dinheiro para ela. Assim se resolveu, saindo aprovados os irmãos Rosa e Pinto, e encarregado este último, à vista do resultado, entender-se, em tempo, com o dito cidadão Miguel." (Atas da Irm. SS. Sacramento, fls. 6 v)

Mais adiante, na relação das despesas da Irmandade, há este tópico: ... "A um camarada a animal para ir a Itu com o Miguel" (Atas, da I. SS. Sto. Fls.9). E na mesma folha:

"Concorreram para dar gratificação ao cidadão, Sr. Miguel Arcanjo, os seguintes senhores. (seguem-se os nomes dos doadores, aprando-se o total de 16\$000)".

#### NOTA

Toda documentação é exclusiva do Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba.

48

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

## FREI PAULO

*Francisco de Assis Ferraz de Mello*

Frei Paulo Maria de Sorocaba, nome religioso de João Batista Rodrigues de Mello, nasceu em Sorocaba, no dia 24/6/1873, onde passou a infância em ambiente familiar propício à arte: o pai era violinista e um tio fazia peças e montava presépios.

Aos 10 anos inicia o aprendizado em desenho. Dos 14 aos 18 faz pintura e decoração de paredes; dos 18 aos 26 exercita a fotografia, prática que conservou até o final da vida.

Em 1900 é admitido como leigo na Ordem dos Frades Capuchinhos Menores, indo trabalhar como cozinheiro em Taubaté e outras localidades, sem jamais deixar os serviços humildes. Nas horas de folga se dedicava ao desenho, à pintura e à música.

Em 1912 é enviado a Trento e depois a Rovereto, com a finalidade de aprimorar-se em desenho e pintura. Retoma ao Brasil em 1913 por causa dos freqüentes rumores sobre o início da Primeira Grande Guerra.

Em dezembro de 1913 vem a Piracicaba e aqui permanece até 1923, indo, a seguir, para Botucatu e depois para Santos.

Em 1928 retorna a Piracicaba, onde permanece até o falecimento, em 1955.

A par dos serviços subalternos, dedica-se às pinturas sacras, retratos de frades, auto-retratos, naturezas-mortas e paisagens, revelando, sobretudo, o seu talento artístico. E pratica a escultura.

Em 1929 inicia um curso de desenho e pintura para os alunos seminaristas, que logo deixa de oferecer por causa da falta de interesse uma vez que não era disciplina curricular. Então, inicia o curso com alunos seculares, este com pleno êxito.

Dezenas de jovens e de adultos freqüentaram as aulas de Frei Paulo, inclusive pintores que alcançaram reputação, como João Adamoli, Angelino Stella, Manoel Martho, Álvaro Paulo Segá, Eugênio Nardim, Ermelindo Nardim, Gil Schreiber da Silva e outros.

O frei foi um grande amigo e conselheiro dos discípulos, retratando-os e sendo retratado por vários deles. Freqüentemente, com eles, ia pintar ao natural. Às vezes, fornecia-lhes material de pintura.

49

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Embora não fosse um grande colorista, Frei Paulo sabia usar as cores, como bem demonstra o seu domínio completo sobre o verde, segundo informações de Manoel Martho.

Interessou-se, também, pela música, tendo sido bom violinista e autor de várias composições sacras. Amante da astronomia, era exímio construtor de relógios solares e passava noites inteiras desenhando e pintando as transformações da Lua durante os eclipses lunares.

Praticou a *radioestesia*, cujos conhecimentos transmitiu ao discípulo Eugênio Nardim que a utiliza até hoje na descoberta de lençóis de água subterrâneos para a construção de poços.

Até o fim da vida permaneceu fiel aos votos de pobreza, humildade e castidade, características da Ordem a que pertencia. Certa vez, ao ganhar um relógio de presente, foi até o superior solicitar permissão para usá-lo.

Frei Paulo foi extremamente simples e bom. Praticamente não expôs os seus trabalhos que, hoje em dia, estão em coleções particulares, no Seminário Seráfico São Fidélis, na Igreja dos Frades em Piracicaba, a maioria. No Salão de Belas Artes desta cidade, ganhou o Prêmio Aquisição, em 1954.

Seu grande mérito foi a capacidade de congregar jovens talentos artísticos desta terra e ensinar-lhes, com muita paciência e ternura, os primeiros passos no desenho e na pintura, respeitando sempre as características de cada um. Foi um mestre, não um tirano.

Faleceu no dia 11/7/1955 no Seminário Seráfico São Fidélis, em Piracicaba, sendo a sua morte presenciada unicamente pelo seu aluno e grande amigo Eugênio Nardim. Foi sepultado no Cemitério da Saudade da cidade mencionada.

#### **Bibliografia:**

Dicionário Piracicabano de Artistas Plásticos, edição

50

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

# CATOLICISMO POPULAR: A DEVOÇÃO AO SENHOR BOM JESUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

João Luís Franchi<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia  
pela UNESP/Rio Claro.

## Resumo

O fenômeno religioso também faz parte da complexa rede de ligações e intercâmbios que compõem o espaço geográfico.

A religiosidade católica brasileira ainda mostra aspectos como o embate entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional. De um lado, a religiosidade herdada muitas vezes de tradições coloniais, em que o sagrado e o profano se unem numa demonstração de fé e devoção que ainda se faz presente em festas como a do Bom Jesus e a do Divino Espírito Santo; de outro, a religiosidade institucionalizada, com as normas de caráter europeu. De um lado, a diversificação, a espontaneidade, a tradição da fé popular; de outro, a normatização, a globalização da fé como pensamento religioso único.

**Palavras-chave:** religiosidade e espaço geográfico, catolicismo popular.

## I - As origens

Quando o asfalto era raro e a maioria de nossas estradas ainda era de terra batida, freqüentemente, na região de Piracicaba, homens eram vistos carregando cruces ou caminhando em direção a Pirapora do Bom Jesus, especialmente na Quaresma e Semana Santa e por ocasião da festa do Bom Jesus, no início de agosto, numa demonstração de fé e ardor religioso. Atualmente, com o advento da sociedade do asfalto e do automóvel, parte dessa tradição se perdeu, mas ainda é possível encontrarromeiros-caminhantes em direção ao Santuário.

A devoção ao Senhor do Bom Jesus chegou ao Brasil Colônia com os portugueses, no século XVII.

Surgidos, geralmente, ao longo de caminhos utilizados pelos bandeirantes, esses locais sagrados têm-se constituído importantes

51

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

centros de peregrinação, onde os fiéis, pela meditação dos sofrimentos de Cristo, invocam o Bom Jesus sob diferentes denominações.

## II – Os Santuários históricos

É conhecida a importância dos santuários históricos (séculos XVII e XVIII) que conservam veneráveis imagens do Senhor Bom Jesus, no incremento à devoção ao Cristo padecente em nossas terras paulistas.

No caso do Estado de São Paulo, há quatro santuários históricos dedicados ao Senhor do Bom Jesus (Iguape, Tremembé, Bom Jesus dos Perdões e Pirapora do Bom Jesus):

### Bom Jesus do Iguape

Em fevereiro de 1647, uma imagem do Bom Jesus vinha de Portugal para o Brasil. Próximo ao litoral pernambucano, na época sob domínio holandês, o navio que trazia a imagem foi atacado. Temendo que a imagem fosse profanada, a tripulação decidiu atirá-la ao mar, numa caixa com botijas de óleo. Nove meses mais tarde, a imagem foi encontrada por índios numa praia do litoral sul de São Paulo, sendo levada até a Vila de Iguape, onde, no dia 2 de novembro de 1647, foi solenemente entronizada na Matriz de Nossa Senhora das Neves. A igreja tornou-se um renomado centro de devoção ao Bom Jesus. A igreja nova, abençoada em 1856, para onde foi solenemente transladada a imagem, recebeu, mais tarde, o título de Basílica.

Para sua preservação, desde 1946, a imagem original do Bom Jesus permanece entronizada no altar-mor da Basílica, sendo que uma réplica segue junto às procissões que anualmente reúnem milhares de fiéis.

### Bom Jesus de Tremembé

A imagem do Senhor Bom Jesus de Tremembé, segundo a tradição, fora encontrada numa cabana, onde um velhinho desconhecido a teria esculpido em 1663. Crescendo a devoção ao Bom Jesus, fora construída uma nova capela em 1772, e, após sucessivas reformas, o templo recebeu o título de Santuário em 1907.

### Bom Jesus dos Perdões

Aos 22 de maio de 1705, foi abençoada uma capela dedicada ao Bom Jesus junto ao caminho onde Fernão Dias Paes Leme fizera ponto de pouso de sua expedição em busca de ouro nas Minas Gerais. Com o crescimento da devoção a localidade cresceu, sendo transformada em Santuário em 11 de janeiro de 1913.

52

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



### Pirapora do Bom Jesus

A tradição conta que José de Almeida Naves, morador em Santana do Parnaíba, encontrou, em um sítio de sua propriedade, situado no bairro chamado Pirapora, por volta de 1725, encostada no Rio Anhembi, uma imagem do Bom Jesus, que, levando-a para casa, a colocou num altar doméstico, para que o povo vizinho pudesse fazer aí suas preces. Aí teve início o culto ao Bom Jesus, que teve sua primeira capela abençoada em 1730, quando foi celebrada a primeira festa. Em 1887, a capela, completamente reformada, recebeu o título de Santuário. A imagem do Senhor Bom Jesus que está no Santuário de Pirapora retrata o Cristo como ele foi apresentado, segundo as Escrituras, a Pôncio Pilatos – é o Cristo flagelado, corado de espinhos, mãos amarradas, manto vermelho nos ombros e uma palma dourada nas mãos.

### III – Catolicismo popular e normatização

Parece-nos que o sofrimento se faz ressoar nas vidas dos mais humildes, dos que têm fé, daí a devoção ao Bom Jesus, como a confortar o sofrimento do dia-a-dia.

Conforme determinação da Igreja, todas as festas particulares ao Nosso Senhor, que não tem dia próprio assinalado, devem ser celebradas no dia 6 de agosto.

Segundo Gaeta (2006), no final do século XIX, as devoções que possuíam uma larga expressão popular, como a de São Benedito e a do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Santa Efigênia, a dos Reis Magos e a do Bom Jesus – uma devoção sacrificial ao Cristo sofredor –, começam a ser desqualificadas sob a alegação dos excessos cometidos pelas irmandades leigas.

Danças, músicas, alardes, tambores, folias, máscaras, palhaços, imperatrizes, bandas, fogos, manifestações de autoflagelação – representações emblemáticas do sagrado eram consentidas e incentivadas pelo catolicismo tradicional popular, como sinais visíveis da fé e da graça, contudo, começaram a ser ciosamente regulamentadas.

Muitos santos de origem exclusivamente européia começam a povoar os altares e os santuários deixam as mãos leigas para a administração direta de Igreja.

### Conclusão

Vivemos atualmente intenso processo de globalização e mundialização que percorre todos os cantos do planeta, primeiramente, na questão econômica, e, quase que conjuntamente, na questão cultural.

A imposição de padrões e normas exteriores e até estranhos à nossa cultura, como vemos, vem de longa data.

53

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Mas o mesmo processo que tenta normalizar, regulamentar, unificar acaba por promover indiretamente a diversificação, marca registrada da cultura brasileira, e que, de forma alguma, poderá se perder. Tudo isso se reflete também no plano espiritual e religioso.

Diz Gaeta que as festas brasileiras em devoção aos milagrosos santos, como a do Bom Jesus, continuam atraindo multidões que chegam em romarias a pé, de carros ou em modernos ônibus. Há uma vivência do religioso em íntima conjunção com o cultural, possibilitando muitas vezes a recuperação da própria identidade perdida.

#### Bibliografia:

- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura Clerical e a folia popular, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2006.
- Paróquia Santuário de Pirapora do Bom Jesus. História da imagem do Senhor Bom Jesus, 2005.
- Sítio Internet < [www.bjperdoes.sp.gov.br](http://www.bjperdoes.sp.gov.br) >, acesso dia 4/6/2006.
- Sítio Internet < [www.santuariopiraporasp.com.br](http://www.santuariopiraporasp.com.br) >, acesso dia 16/7/2006.

54

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006 /  
Número 13 /

# MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO

O Negro nas Artes

Hugo Pedro Carradore<sup>1</sup>

## Resumo

Toda a cultura brasileira, nas artes e na literatura, traz o amálgamo da cultura dos povos africanos.

A matéria em consideração focaliza a participação do negro na construção da cultura e das artes brasileiras – principalmente na música, na dança, na escultura e na literatura. Faz citações dos expoentes que se projetaram nos diversos campos das artes no Brasil Colônia, Império, pré e pós-abolição.

## Palavras-chave

Cultura Brasileira – Povos Africanos – Transculturação – Aculturação – Música – Dança – Literatura e seus mentores.

“Somos um país de mestiços,  
senão no sangue ao menos na alma.”  
Sílvio Romero

A civilização brasileira carrega em si uma enorme cota de cultura negra, perpetuada pelos afrodescendentes.

Não é possível renunciar a uma análise da nossa formação étnica, quando pretendemos realizar um estudo sobre a cultura brasileira.

O antropólogo Arthur Ramos escreveu: “O estudo da transplantação das culturas africanas para o Brasil só pode ser feito à luz dos métodos da aculturação”, isto é, dos contactos culturais.

Em toda a nossa cultura, torna-se manifesta sempre a marca do influxo da memória das nações africanas, nos sistemas de atitudes, usos e costumes.

<sup>1</sup> Hugo Pedro Carradore é professor, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Membro Titular da Academia Paulistana da História, Membro Titular e Ex-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

<sup>2</sup> Ramos, Arthur. *A Aculturação Negra no Brasil*.

<sup>3</sup> Mores, latinismo: segundo o costume.

<sup>4</sup> Aculturação é a influência recíproca de elementos culturais entre grupos individuais.

<sup>5</sup> Lundu: música e dança de origem africana banto de Angola. Era bailado solto onde a mulher emprega todos os recursos de facilidade em movimentos inequívoco de excitação sexual.

55

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII, 2006  
Número 13

6 Os jesuítas dado o caráter sexual das danças afros, como o batuque, que era a dança da procriação, procuraram sublimar esse instinto por meio da Congada, fundamentalmente religiosa e medieval: a luta entre cristãos e mouros. Os negros reinterpretaram-na como a luta entre o Rei do Congo e a Rainha Njinga. Daí o nome Congada.

7 Moçambique: bailado popular em Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, participa das festas de Nossa Senhora do Rosário ou São Benedito de influência social negra.

8 O quilombo ou dança dos quilombos existe nas Alagoas e é considerado como uma sobrevivência histórica do Quilombo de Palmares.

As cicatrizes africanas não só ficaram presentes nos "mores"<sup>3</sup> brasileiros, mas também nas artes.

Essa contribuição se expressa de forma evidente no plano artístico, basicamente na música e na dança.

Na Bahia, a música característica com o som dos atabaques nos candomblés, a presença do negro no jogo de capoeira nos largos do Mercado Modelo, do Terreiro de Jesus são a comprovação evidente da participação da música e da dança negra entre nós.

Essa contribuição se expressa de forma evidente no plano artístico. É raro não se encontrar uma sucessão rítmico-percussiva dos negros que não se manifeste na música popular.

No batuque, no candomblé e na umbanda, no samba, como nas expressões da nossa música folclórica, há a presença e a participação do escravo no processo de aculturação.<sup>4</sup>

A gangorra lasciva do lundu<sup>5</sup> ou lundum, trazido para o Brasil pelos escravos, era uma dança de pares soltos, muitas vezes dançada apenas por mulheres. Tollemare, em "Noites Dominicais", tomadas durante as suas viagens ao Brasil (1816 a 1817 e 1918) – tradução de Alfredo Carvalho – descreve o lundum a que assistiu no Teatro de Salvador, em 1918, tachando-o como dança lasciva e libertina.

Na congada<sup>6</sup> e maracatus, também resultados de aculturação, a evidência cultural negra se faz presente. Congadas ou congos são autos populares de motivação afro-jesuítica. Reminiscência dos bailados guerreiros.

Hoje, o maracatu é grupo carnavalesco pernambucano, com pequena orquestra de percussão que percorre as ruas; vestígio dos séqüitos negros que acompanhavam os reis dos congos, eleitos pelos escravos e coroados nas igrejas.

Fruto da música afro-brasileira há memórias históricas, que resistem ao tempo, danças com bastão e espadas, evocando batalhas entre cristãos e mouros no Brasil, além das congadas, os moçambiques<sup>7</sup>, os quilombos<sup>8</sup> e outros autos populares.

O samba tem as suas raízes na África, provém de "Semba", umbigada em Luanda, segundo Alfredo de Sarmiento em "Os Sertões da África". Semba é umbigada em quibundo, no batuque se inclui a umbigada. Batuque é denominação genérica para todos os bailes africanos.

Do lundu trazido de Angola, música, dança e canto dos escravos bantos, segundo alguns autores veio o samba:

*"Como baile popular o samba repete o mesmo processo aglutinante do fandango, tomado como reunião dançante campestre convergindo para ele inúmeras formas de dança"* (Câmara Cascudo). Nos quadros rurais e urbanos possui uma grande variedade de expressão e constituição, cabendo um estudo geográfico: samba-lenço, samba-de-roda, arrasta-pé, tambor-de-criola, bambelô, coco, partido-alto, samba-de-gafieira, samba-canção, samba-exaltação...

O nome "Samba", contudo, teve divulgação lenta, só apareceu e se firmou em 1916, com a publicação da primeira música impressa "Pelo Telefone", de Ernesto Souza, Donga.

56

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

A capoeira é outra memória dos idos da escravidão, trazida pelos bantos de Angola. Hoje é dança, uma brincadeira, um jogo musical. Nos cantos e na música do berimbau ao qual se uniram, o agogô, o ganzá, o atabaque e o afoxé. Originou-se e serviu como forma de luta e meio de defesa contra os opressores.

Nos dias santos, de não-trabalho, os feitores olhavam e viam-na como uma dança estrambólica, enquanto isso os negros estavam treinando um meio de defesa e ataque, sem precisar de outra arma, senão os braços e principalmente os pés.

Nas fugas, era com a agilidade do corpo que o capoeirista se defendia dos capitães-do-mato e de sua súcia.

Depois da abolição, as autoridades proibiram e combateram a capoeira. Hoje o jogo de capoeira é um espetáculo para ver. Quando o tocador de berimbau dá o primeiro toque e canta um solo, que é prece, ladainha ou fundamento, em que ele narra a história da capoeira ou da sua vida, tem início o jogo. Ela dá senha, cantando, por exemplo: "Êh, faça de ponta!" Os demais respondem: – "Faca de ponta, camará!" Só o tocador do berimbau canta: "Êh, volta no mundo!" É a partir desse momento que os capoeiras entram na roda.

É, em verdade, nos cantos que acompanham o jogo, que se vê a beleza do folclore.

De todas as artes que se desenvolveram no Brasil Colônia de insuflação religiosa, a que mais demorou em obter cunho e autenticidade artística foi a música, com o padre mulato José Maurício Nunes Garcia (1767–1830), e marca um período de transição. Tocava com perfeição órgão, cravo, violão. Foi considerado o mais completo compositor brasileiro, foi cognominado pelo Visconde de Taunay "o gênio da música no Brasil".

Em quase todo o período colonial, a música brasileira absorveu o reflexo das músicas européias. No século XIX, esboçou-se a marcha para a utilização dos componentes de insinuação popular. Mas foi Villa-Lobos o legítimo criador da autêntica música nacional.

Edoardo Vidossich declara: "Villa-Lobos emprega com grande eficácia efeitos onomatopéicos; serve-se das inflexões de voz; o coral obedece aos padrões do canto africano. Os instrumentos primitivos são abundantemente aproveitados".

É festa, é noite, os atabaques convocam os orixás.

O candomblé, a umbanda, como todas as manifestações musicais do folclore, têm por meio do negro a sua figura mais importante.

Raros são os turistas que visitam a Bahia que não pedem aos seus guias para ir a um terreiro e assistir a um espetáculo inesquecível.

A música é fundamental no desenvolvimento dos cultos sincréticos religiosos no chamamento dos deuses negros. Ela é o elemento de ligação entre os homens e os orixás. Os três tambores (atabaques) – o rum, o maior; o rumpi, de tamanho médio, e olé, o menor – têm o poder de evocar a vinda dos "santos africanos". Outros instrumentos dão o toque ao ritual: o agogô, sino duplo desiguais, que se toca com uma vasilha de metal; o adjá, campainha de metal usada nos ritos religiosos!

As iniciadas, filhas-de-santo dançam. Dai por diante voltadas para o centro do círculo que formam, aguardam a incorporação do seu santo.

9 Orixás – Divindades da religião iorubana, expressão das forças da natureza.

57

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

10 Lia Ribeiro Dias, "Diário de São Paulo", 05/1972.

11 Pejís – são altares dos cultos afro-brasileiros.

12 Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730-1814), nasceu em Vila Rica, filho do mestre-de-obras português Manuel Francisco Manuel da Costa Lisboa e de mãe escrava. O Aleijadinho é considerado como o gênio da escultura das Américas. Com mais de 40 anos foi acometido de lepra dilacerante, ficando somente os dedos polegar e indicador. Mesmo assim ele nunca deixou de trabalhar: seu escravo Maurício carregava-o nos ombros e ao seu pulso era amarrada à talhadeira ou o buril. O conjunto arquitetônico lavrado pelo aleijadinho constitui-se em obras-primas do seu gênio criador em Minas Gerais.

13 Manuel da Costa Ataíde (1762-1830), filho do capitão português Luís da Costa Ataíde e da mulata Maria do Carmo Raimunda, nasceu em Mariana (MG), concilia a carreira militar com o grande poder criador da produção artística. Autor de textos e murais em aproximadamente 20 igrejas barrocas de Minas Gerais. Trabalhou em várias obras ao lado do Aleijadinho.

58

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Exemplo, canto para lemanjá no candomblé:

"Iaba okê recê  
O kê é lemanjá  
A Pota Pire pire peão  
Pela xo rê ô"

O afoxé, grupo carnavalesco da Bahia, é formado por negros pertencentes a um candomblé.

Como podemos constatar o culto fetichista africano vai-se dissolvendo através da aculturação. Hoje, na verdade temos cultos sincréticos "gêge – nagô – mulsumi – banta – caboclo – espírita – católico". No dizer de Lia Ribeiro Dias, "*Só um longo trabalho de muitas gerações poderá substituir os elementos míticos e pré-lógicos da mentalidade primitiva por elementos racionais, novas formas de participação social... Até lá, o povo continuará sendo absorvido pelos fantasmas criados através dos tempos, com a presença marcante da influência dos cultos africanos*".<sup>10</sup>

\*\*\*

A arte popular é um assunto dos mais consideráveis no folclore e marca a mudança de grupo de estágio de caráter primário de uma cultura para outro mais adiantado, de acordo com determinados fatores geográficos, políticos e culturais.

A influência recíproca da arte popular sobre a erudita, e desta sobre aquela, é um acontecimento que se sucede com freqüência na história dos povos.

Os negros foram habilidosos artesãos, como marceneiros e santeiros; assim é que deixaram esculturas folclônicas de barro e madeira.

A escultura popular são imagens sacras feitas por negros que procuravam parodiar as obras portuguesas que se encontravam nas igrejas.

Tanto a pintura como a escultura de origem iôubuna apresentam rústicas figuras, das quais reminiscências podem ser vistas nas paredes e nos altares dos *pejis*.<sup>11</sup>

A civilização brasileira carrega em si uma enorme cota da cultura e da arte negra através do encontro do "*Senhor*" e das *negras das casas-grandes e dos sobrados*, perpetuadas por meio dos afrodescendentes, como os magníficos Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho<sup>12</sup> (1730-1814) e Manuel da Costa Ataíde<sup>13</sup> (1762-1830) que marcaram a arte brasileira na época da escravidão.

A música, a dança, a escultura, a pintura, a literatura e religiosidade são áreas da cultura em que os negros transmitiram incalculáveis heranças.

O sincretismo anexou-se ao catolicismo mercê à "religião" dos orixás, resultado da fé imposta pelos senhores de escravos. Assim os orixás das religiões afro-brasileiras se identificam com os santos católicos de maior veneração dos escravos, dos tempos coloniais até os nossos dias, como São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e

Santo Elesbão. Demonstração da presença do negro na cultura brasileira no Museu Afro-Brasil, encerrando em seu acervo peças de escultores negros e mulatos dos séculos XVIII e XIX, como de artistas da atualidade.

\*\*\*

O negro Henrique Dias<sup>14</sup> foi o primeiro negro versado em letras. Tudo indica que foi ele também o primeiro "*homem de cor*" que escreveu um texto no Brasil em 1650, uma carta à "*El Rey de Portugal*"; outrossim, foi ainda o negro Teixeira de Souza<sup>15</sup>, autor de "*O Filho do Pescador*", escrito em 1843, o primeiro romancista negróide. "*A Independência do Brasil*", em 12 cantos de oitava rima, que, nas graças do Ministro da Fazenda, recebeu o cargo de Guarda da Alfândega.

O negro ocupou um lugar de destaque na literatura brasileira com um desfile de escritores e tribunos que marcaram o período pré-abolição:

- Luís Gama (1830–1882). Filho da africana que não aceitou o batismo, Luísa Mahin. O pai sabe-se que era de uma família tradicional baiana. Canalha, cometeu a atrocidade de vender o próprio filho de 10 anos como escravo para um mercenário, que o levou para o Rio de Janeiro a bordo do navio Saraiva. Lá, seguindo sua sina de escravo, foi negociado com um comerciante português conhecido como Vieira. Vendido sucessivas vezes, foi parar na casa de Antonio Rodrigues de Souza, que, percebendo sua inteligência, ensinou-o a ler, escrever e fazer contas.

Alforriado, dedica-se de corpo e alma ao estudo de Direito, tornou-se um rábula<sup>16</sup> de grande cultura jurídica, na luta pela abolição. Orador empolgante, seus escritos em verso e prosa até hoje são lidos e admirados.

- Outro galardão do jornalismo e na luta pela extinção da escravidão foi José do Patrocínio (1853–1905), o "*Tigre da Abolição*". Filho de uma negra quitandeira e de um cônego, nasceu em Campos de Goitacazes. Aos 12 anos, sob a proteção do Conselheiro Albino de Alvarenga, começou a estudar e depois, com os recursos do Dr. João Pedro Aquino, formou-se em Farmácia. Mas a sua vocação era para o jornalismo. Casado, com o dote de 15 contos de seu sogro, comprou a "*Gazeta da Tarde*". Lutador, polêmico, seus artigos impressionavam a ponto de conquistar o carinho da Princesa Isabel. Como obra publicou "*Mota Coqueiro*", "*Os Retirantes*", "*Pedro Espanhol*", e traduziu a comédia de Maurice Ordonneau, "*As Meninas*". Ao lado de Joaquim Maria Machado de Assis (1839–1908), o papa do Romance Brasileiro, outro mestiço, pois seu pai era filho de escravos, fundou a Academia Brasileira de Letras em 1896. Em 29 de janeiro de 1905, falecia no Rio de Janeiro enquanto escrevia um artigo.

São tantos os negros e mulatos que colaboraram para a constituição das letras brasílicas, que um pequeno traço biográfico de cada um deles ocuparia alguns volumes. Só para citar alguns:

**14** Henrique Dias (?-1661) aprendeu a ler e escrever por meio das armas, mostrou a sua lealdade e bravura na defesa da pátria contra a invasão holandesa. Ferido inúmeras vezes, teve sua mão esquerda amputada, mas mesmo assim não renunciou a luta no campo de batalha. Foi condecorado pelo rei de Portugal e Espanha com o Hábito de Cristo, o foro de fidalgo e a patente de Governador dos Pretos, Criolos e Mulatos dos Estado do Brasil.

**15** Teixeira e Souza nasceu do negociante português Manuel Gonçalves e da negra Ana Teixeira de Jesus, em Cabo Frio em 28 de março. Com a morte do pai e dos irmãos, aos 20 anos estabelece relações com o mulato Paulo Brito, editor de "*A Marmota*", que lhe dá emprego e lhe publica em 1840 a tragédia em versos "*Cornélia*". Em 1843 publica o romance "*O Filho do Pescador*". Em 1846, casou-se com d. Carolina Maria Teixeira de Souza. Morreu de tuberculose em 1º de dezembro de 1861.

**16** Rábula era um advogado prático sem diploma, a quem na época era permitido o exercício da profissão.

59

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

17 **Aculturação** é a influência recíproca de elementos culturais entre grupos de usos e costumes diferentes.

- **Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749–1814)**. Poeta mestiço em cujos versos já se vê a clara demonstração da nossa alforria artístico-literária.

- **Gonçalves Dias (1823–1864)**. Poeta gerado pelo encontro de três raças, a branca, a negra e a indígena.

- **Tobias Barreto de Meneses (1839-1889)**. Poeta, ensaísta e crítico. Sua obra exerceu grande influência na poesia e no pensamento filosófico do seu tempo. Poliglota, raro brasileiro que dominava o alemão.

- **João Cruz e Souza (1862–1898)**. Filho de escravos, grande poeta simbolista.

- A poetisa negra **Auta de Souza (1876–1901)** é pouco lembrada. Versejava em português e francês.

- **Maria Firmínia dos Reis (1825–1919)** foi a primeira romancista negra da literatura brasileira.

- **Afonso Henrique de Lima Barreto (1881–1922)**. Mulato e pobre, foi considerado o pré-modernista da literatura brasileira com sua obra "Triste Fim de Policarpo Quaresma".

- **Mário Moraes de Andrade (1893–1945)**. Mulato, intelectual polifacético, um dos destacados estudiosos do folclore brasileiro, da música, da literatura, história do Brasil. Foi um dos organizadores da Semana da Arte Moderna de 1922. Macunaíma é a obra-prima do Modernismo.

- **Lino Guedes (1897–1951)**. Negro filho de ex-escravos, professor, jornalista e poeta. Deu a marca da negritude no seu "O Canto do Cisne Preto".

- **Clóvis Moura (1929–2003)**. Poeta, historiador, sociólogo, ensaísta e defensor de sua afrodescendência. Na publicação da sua significativa e volumosa obra, destacamos o ensaio publicado em 1983, "Brasil: Raízes do Protesto Negro".

\*\*\*

A música e a dança, as artes plásticas e a literatura brasileira trazem consigo a resultante de sincretismo inelutável de elementos originários das nações africanas trazidas nos porões dos navios negreiros.

O poeta **Olavo Bilac**, em seu soneto, explica o processo de formação aculturativa<sup>17</sup> da música brasileira:

60

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



**"Tens as formas do fogo soberano  
Do amor: encerras na cadência, acesa  
Em requebros e encantos de impureza  
Todo o feitiço do pecado humano.**

**Mas, sobre essa volúpia, erra a tristeza  
Dos desertos, das matas e do oceano:  
Bárbara poracé, banzo africano  
E soluço de trova portuguesa**

**Ês samba e jongo, chiba e fado, cujos  
Acordes são desejos e orfandades  
De selvagens, cativos e marujos:  
E em nostalgia e paixões consistes  
Lasciva dor, beijo de três saudades  
Flora amorosa de três raças tristes."**

Muitas religiões negras foram trazidas para o Brasil, com destaque para a nagô, que pertenciam à cultura iurubana.

A mística nagô influenciou de forma dominante no painel geral das demais religiões, absorvendo traços marcantes da comunidade gege.

As religiões nagô e gege conquistaram as regiões das quais os sudaneses chegaram em maior número, contudo, também nas áreas onde se manifestou o tráfico dos bantos. A mística gege foi praticamente assimilada pela nagô em Pernambuco, mas conserva-se no sincretismo gege-nagô na Bahia.

Olhando para a amostra da caruagem, Oswaldo de Camargo<sup>18</sup>, em seu livro "O Negro Escrito", publicado em 1987, conclui:

*"Com a morte de Lima Barreto, desaparece o último grande mulato da literatura brasileira, o último da literatura oficial. Fecha o ciclo que – fossem outras circunstâncias iniciaria o escritor negro em alto número no rumos de uma escrita marcando o seu "particularismo rural" e as conseqüências desse particularismo. Lima Barreto morre em 1922, marco inicial – ao menos oficialmente – do Modernismo no Brasil. No entanto o Modernismo não verá aparecer misturada as vozes de Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Jorge de Lima e, depois Jorge Amado – e tantos outros – a voz do negro".*

#### BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. Editora da USP, São Paulo, 1971.

BASTOS, Abguar. *Os Cultos Mágicos – Religiosos no Brasil*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.

CARRADORE, Hugo Pedro. *Digressões em Torno do Folclore*. Editora Franciscana, Piracicaba, 1979.

**18 Oswaldo de Camargo** (Bragança Paulista, 1936) é negro, poeta, contista e crítico literário, jornalista e músico, autor de vários livros sobre a negritude.

61

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro**. Martins Editora, São Paulo, 1944.

\_\_\_\_\_. **Dicionário do Folclore Brasileiro**.

COIMBRA, Crésó. **Fenomenologia da Cultura Brasileira**. Edições Melhoramentos, São Paulo, 1980.

DIÉGUE JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Ed. Circulo do Livro, São Paulo, 1975.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande Senzala**. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1985.

62

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

# A CAPELA DO PASSO DO SENHOR DO HORTO DE PIRACICABA

Hugo Pedro Carradore <sup>1</sup>

## RESUMO

A memória das cerimônias litúrgicas da Semana Santa. Visão das cerimônias das Vias-Sacras e os Passos da Paixão. O desaparecimento dos Passos da Paixão. O Passo da Paixão do Senhor do Horto de Piracicaba. A história dos Passos de Piracicaba. Herança em testamento. O patrimônio histórico e os cuidados da preservação.

## PALAVRAS-CHAVE

Semana Santa – Via-Sacra – Passos da Paixão – História – Patrimônio – Preservação.

*Um anjo veio confortá-lo, Jesus aceitou o cálice da amargura. Entrementes aproximou-se um grupo de soldados munidos de espadas, archotes e cordas. Judas vinha com eles. E disse: aquele que eu beijar é Jesus. Assim tem início o Drama da Paixão.*

A memória do tempo está marcada pela religiosidade e pela magnificência das cerimônias do calendário litúrgico da Igreja Católica. Entre as solenidades mais evocativas, estavam a da Semana Santa.

Na Sexta-Feira Santa, lembra-se os mistérios da Paixão, quando segue-se passo por passo a Via-Sacra, que é o ponto culminante nos Evangelhos, a saber, a narração hagiográfica das provações de Jesus, lidas nas Escrituras Sagradas, no dia do aniversário da sua morte.

“PASSOS DA PAIXÃO” eram pequenas capelas com imagens riquíssimas em arte, de papel fundamental na Semana Santa.

<sup>1</sup> Hugo Pedro Carradore: Professor, historiador, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Ex-Presidente do IHGP.

63

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

2 Via-Crúcis ou Via-Sacra: Série de cruzes dispostas de espaço em espaço em um templo ou nas ruas de uma povoação, diante das quais os devotos rezam. Série de quatorze quadros que representam as Cenas da Paixão de Cristo; o mesmo que quatorze estações.

3 Miguelzinho, Miguel Arcanjo Benício d'Assumpção Dutra, patriarca da família Dutra, nasceu em Itu, em 1810, transferiu-se para Piracicaba com 20 anos, adotando-a como sua terra, onde faleceu em 1875, arquiteto, escultor, pintor, poeta, músico... Suas obras são encontradas nas cidades de São Paulo, Piracicaba, Itu, Porto Feliz, Limera, Araras e Casa Branca. São imensas, entre outras, as pinturas nas Igrejas de Santa Tereza, Belém e da Penha em São Paulo; na Matriz e no Museu de Itu; em Piracicaba, a arquitetura da Igreja de São Benedito, da antiga Matriz de Santo Antonio e da Boa Morte.

Os Passos da Paixão eram acompanhados por toda a população, numa demonstração profunda de fé, de capela em capela.

D' antes, no Domingo de Ramos e na Sexta-feira Santa, de **PASSO EM PASSO**, as procissões à passagem da imagem de Nosso Senhor dos Passos, carregando o lenho da cruz, fazia-se ouvir o canto da Verônica, que mostrava à multidão de católicos a "Face de Cristo" no pano que lhe enxugara o rosto. Nesse momento os fiéis, com voz emocionada, cantavam:

*"Ó vos omnes qui transitis per viam attendite et videte, si est dolor sicut dolor meus".*

São catorze Passos desta caminhada em Jerusalém, a maioria dos quais fora das muralhas, e os três últimos já dentro da cidade, completam a "Via Crucis".<sup>2</sup>

Esses pequeninos santuários dispersos pelo Brasil foram desaparecendo do apontamento das lembranças.

Quem hoje vai à cidade de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, além de ver no adro do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos as estátuas dos Profetas, encontra também os Passos da Paixão com soberbas imagens, tudo obra do genial "Aleijadinho" – Antônio Francisco Lisboa (1730–1814), considerado internacionalmente o maior escultor brasileiro de todos os tempos.

Dos cem números Passos da Paixão que havia espalhados pelas cidades e vilas da antiga Província de São Paulo, todos foram lentamente tragados pela faina do "progresso" em destruir as memórias do passado, restando apenas um único neste Estado Bandeirante, **O PASSO DO SENHOR DO HORTO**, em Piracicaba.

Localizado na rua Prudente de Moraes, próximo à Praça José Bonifácio, distando da Capital 152 km pela Rodovia Anhangüera; 160 km pela Rodovia Bandeirantes e 175 km pela Rodovia Castelo Branco, a nordeste de São Paulo, a única relíquia religiosa paulista no gênero. Obra de Miguel Arcanjo Benício de Assumpção Dutra, o "Miguelzinho", "Pai da Arte Piracicabana".<sup>3</sup>

Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico do Estado de São Paulo em 1973, restaurado em 1978 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e Coordenadoria da Ação Cultural do Município de Piracicaba, em 1981; restaurado novamente pelo mesmo órgão sob as espessas do Banco Safra em 1991, o Passo do Senhor do Horto está desafiando o tempo com os seus 133 anos de história.

#### Qual a Passagem do Passo do Senhor do Horto

Quinta-feira, perto da meia-noite, depois da Última Ceia, com os discípulos, retirou-se ao Monte das Oliveiras, onde havia um horto denominado Getsêmani. Lá, afastou-se dos apóstolos para rezar, levando consigo Pedro, Tiago e João. Quando estiveram a sós, disse-lhes: *"A minha alma está numa tristeza mortal"* (Mc 14,34). Entrou um pouco mais no horto e prostrou-se de joelhos. *"E seu suor tornou-se gotas de sangue a estorrer pela terra"*. (Lc 22,44)

64

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

Em sua oração Jesus chama pelo Pai: ***“Abba Pai, todas as coisas são possíveis, afasta de mim este cálice; porém não (não faça) o que eu quero, mas o que Tu queres”*** (Mc 14, 36).

Depois... cumprem-se as escrituras: o Beijo de um traidor. Chegou Judas Iscariotes, acompanhado de um ajuntamento: soldados com espadas e enviados do sumo sacerdote de bordão em punho.

Judas aproximou-se – ***“Salve, Mestre! E beijou-o”***. Tem início a Paixão.

## A HISTÓRIA

O Dr. Felipe Xavier da Rocha, um dos primeiros advogados desta cidade, e sua esposa, dona Benedita Antonia de Lima Rocha, senhora profundamente religiosa, foram figuras de grande destaque na velha Vila Nova da Constituição (Piracicaba)<sup>4</sup>, no tempo do Império.

Ele, de elevada cultura e respeitabilidade, figura leal ao imperador, acumulou o cargo de Juiz Municipal e Delegado de Polícia empossado em 1842, ano em que foi chamado ao exercício do cargo de Juiz de Direito Substituto de Campinas, com a tarefa de presidir a devassa contra os implicados na Revolução Liberal, sob a liderança do Brigadeiro Tobias de Aguiar.

O Dr. Felipe Xavier da Rocha militou na política tendo exercido a vereança pelo Partido Conservador. O casal que residia na rua dos Pecadores (hoje rua Prudente de Moraes), por vontade da virtuosa dona Benedita, encomendou o projeto e a ereção da Capela do Passo do Horto, vizinha a sua residência, ao insigne Miguelzinho.

Em Piracicaba houve outras Capelas do Passo do Senhor, tais como das famílias Honório Libório, Francisco Ferraz de Carvalho, Ricardo Pinto de Almeida, Joaquim Floriano Leite, Luiz Antonio Freire, José Viegas Moniz, Rita Eufrosina de Oliveira e Jaime Pinto de Almeida, cada uma representando um Passo da Paixão, que foram desaparecendo paulatinamente através da marcha dos anos.

A Capela do Passo do Horto foi inaugurada no Domingo de Ramos de 1873, com uma grande manifestação de fé da comunidade e a participação de todas as autoridades, visitando todos os Passos existentes, com o celebrante, vigário Francisco Galvão. Participaram o Poder Executivo, na pessoa de Jeremias Ferraz de Andrade, também presidente da Câmara<sup>5</sup>, e os demais vereadores, inclusive Estevão Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende.

Em 1º de junho de 1875, Benedita Antonia de Lima Rocha fez um testamento para ser lido depois da sua morte, que ocorreu em 8 de janeiro de 1881, após a unção dos enfermos pelo padre Galvão, no qual dispunha:

***“... deixo a quantia de um cento de réis para dar-se a prêmio em mão segura e com ele sustentar-se o meu PASSO nas festividades da Semana Santa e dizer-se no dia 6 de agosto de cada ano a missa costumada ao Senhor Bom Jesus da Prisão, antiga devoção com o senhor Miguel Arcanjo (o Miguelzinho Dutra), fi-***

**4** Elevada à vila com o nome de Vila Nova da Constituição, em 31 de outubro de 1821, em homenagem à Constituição portuguesa, nesse ano promulgada. O nome original, Piracicaba, só retornou por força da Lei nº 21, de 13 de agosto de 1877.  
**5** De 1840 em diante, até a Proclamação da República em 1889, o Presidente da Câmara exercia as funções executivas.

65

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

6 Archimedes Dutra nasceu em Piracicaba em 6 de julho de 1908, e faleceu em 1º de julho de 1983. Diplomado em 1948 pela "Academia di Belli Arti" de Roma, professor de Desenho Artístico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Um dos mais premiados artistas Piracicabanos.

7 Joaquim Miguel Dutra (Nhô Quim). Piracicabano (16/06/1864 a 28/04/1930), neto de Miguelzinho. Joaquim Dutra foi um homem de muitas artes: pintor, músico, escultor, decorador. Foi artista que mais pintou as belezas de Piracicaba, principalmente o Salto, cerca de 4 mil telas. Sua obra encontra-se dispersa pelo Brasil, como também na Argentina, Chile, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Portugal e França. Foi o pai dos outros grandes pintores: Alípio Dutra, João Dutra, Antonio de Pádua Dutra e Archimedes Dutra.

*cando o dito PASSO por morte de meu marido como patrimônio da Irmandade do Santíssimo Sacramento e a metade da dita quantia com a aplicação mencionada, revertida aos pobres".*

Assim é que, por força de testamento, a CAPELA DO PASSO DO SENHOR DO HORTO DE PIRACICABA passou a constituir-se em patrimônio da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Archimedes Dutra<sup>6</sup>, o "Mago das Artes Plásticas Piracicabanas", bisneto de Miguelzinho, conseguiu recuperar parte do acervo do Mestre. Em 1978, elaborou uma pequena mas importante publicação por meio do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e da Ação Cultural, na qual faz uma descrição da Capela do Passo do Senhor do Horto.

*"Singela é a sua fachada, erguida no próprio alinhamento da rua Prudente de Moraes, na qual se distinguem tão somente duas pilastras laterais que servem de apoio ao frontão triangular e uma porta central ogival, aberta no eixo do plano mural que separa as duas pilastras. Um reduzido número de planos combinados na melhor das proporções compõe a fachada deste passo".*

*"O PASSO DO SENHOR DO HORTO de Piracicaba é de puro estilo barroco, da sua melhor fase, mostrando, na aparente simplicidade de estrutura do seu interior, a combinação justa dos planos de montagem, lançados no entrosamento dos relevos espaçiais, de seguro e belo efeito plástico".*

*"Elemento de destaque da obra é a leveza que se apresenta à unidade plástica do seu bem proporcionado altar, em frente esplende a impressionante imagem do SENHOR DO HORTO, empunhando o cálice da amargura, numa montagem de classe para uma escultura de "roca" como esta, na qual a perícia técnica do grande artista se faz presente na plenitude da sua força quanto à goiva, desbastando o cedro, vai modelando aquela invulgar fisionomia sofredora de um Cristo, já conformado com a dor que o desgasta e atormenta".*

Outra figura participava do Passo: o Anjo Terreno, belíssima escultura de madeira, em postura de contemplação, oferecendo ao Cristo o cálice da amargura.

A imagem de Jesus desapareceu na década de 1920, só sendo reencontrada nos anos setenta, no depósito da igreja do São Benedito. Para substituí-la até o seu retorno ao seu justo lugar, Joaquim Dutra<sup>7</sup> pintou a figura de Cristo carregando a cruz, que foi ajustada na abertura do nicho.

Também sumiu o Anjo Terreno. Essa magnífica peça igualmente obra de Miguelzinho, altamente significativa para compor o conjunto, até hoje não foi encontrada.

No decorrer da história o crescimento das cidades, em nome do progresso, fez desaparecer relíquias do patrimônio histórico.

66

IHGP

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

O tempo é relógio da vida. Do Domingo de Ramos de 1873 para os nossos dias, Piracicaba transformou-se: as residências provincianas deram lugar aos grandes edifícios, o piano foi substituído pelo computador. As Capelas dos Passos do Senhor extinguiram-se, só restando a do **PASSO DO SENHOR DO HORTO**, a mais preciosa herança do passado.

#### **BIBLIOGRAFIA**

**ANUÁRIO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DE PIRACICABA.** Projeto: Susete Thame Gutierrez. Igual Editora, São Paulo, 2000.

**ATLAS CULTURAL DO BRASIL.** MEC. Cia. Melhoramentos, São Paulo, 1972.

**COIMBRA, Crésio. Fenomenologia da Cultura.** Lisa – Livros Irradiante S. A. São Paulo, 1972.

**NOVO CATECISMO OU CATECISMO HOLANDÊS.** Instituto Catequético de Nijmegen, Editora Helder, São Paulo, 1967.

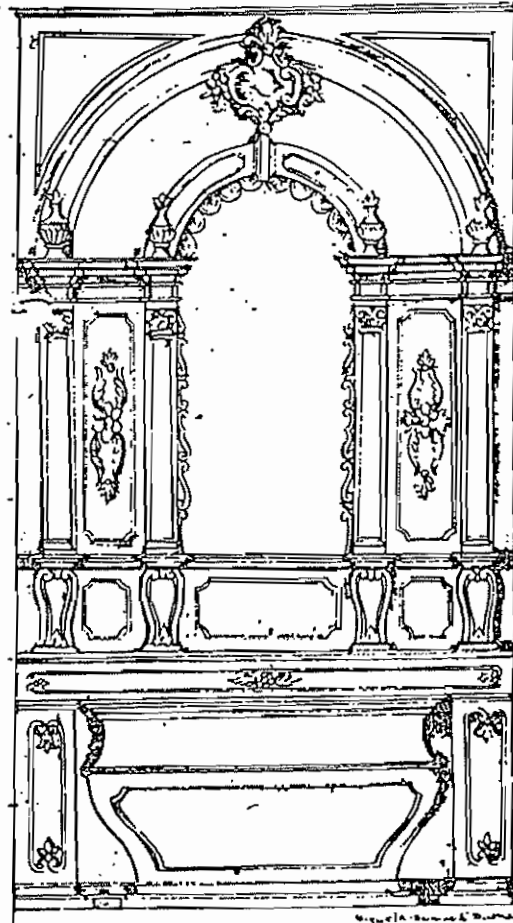
**VITTI, Guilherme. Manual de História de Piracicaba, 2º Centenário.** Edição do Jornal De Piracicaba, 1967.

67

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

# DESENHO ORIGINAL DO PASSO DO SENHOR DO HORTO



PIRACICABA - 1873

Miguel Archanjo Benício A. Dutra  
"PASSO DO SENHOR DO HORTO"

68

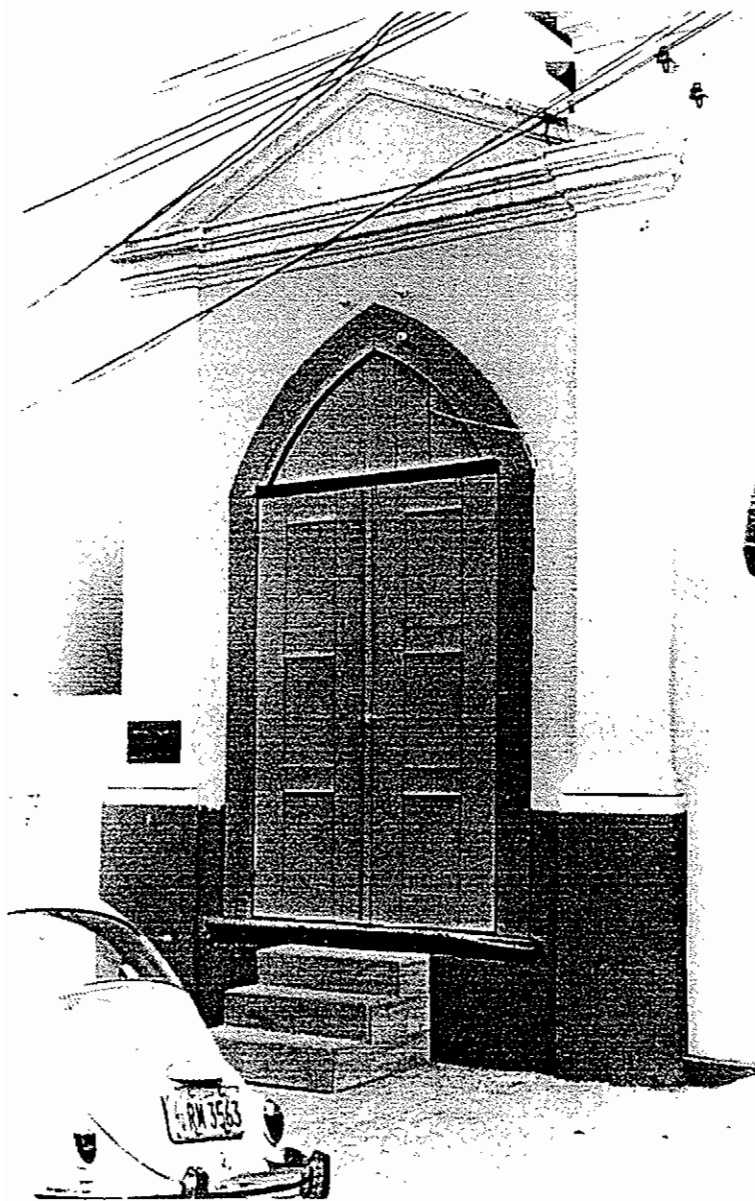
**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

AUTORIA DE  
MIGUEL ARCHANJO BENÍCIO A. DUTRA  
PIRACICABA - 1873

Projeto, em escala, do "Passo do Senhor do Horto", executado a "tira linhas" com nanquim preto e aguada complementar com técnica de pincel.





*Porta de entrada fechada*

69

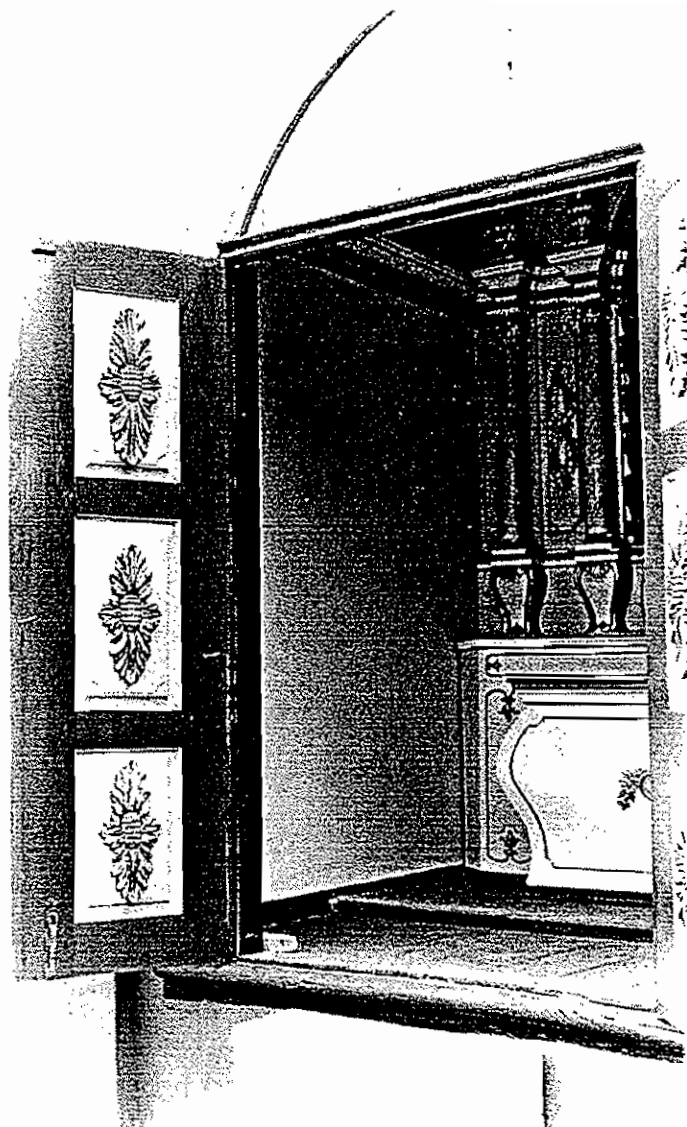
**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

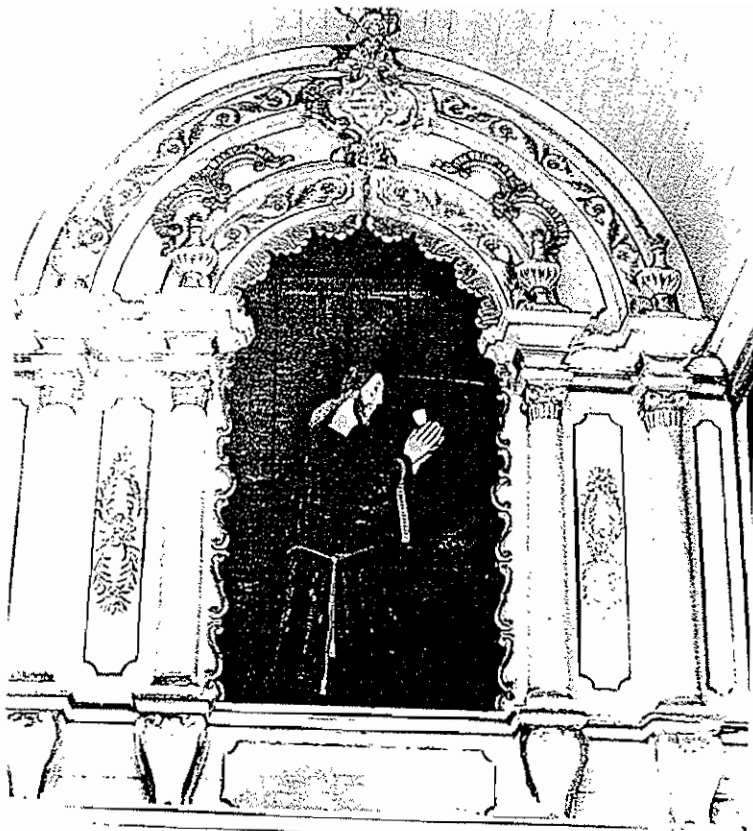
70

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



*Porta aberta, estrutura interna, mostrando seis florões entalhados e folhados a ouro, em cada centro da almofada.*



*Detalhes da abertura do nicho, mostrando a imagem do Senhor do Horto empunhando o cálice da amargura, no tope do medalhão com a inscrição latina: "Pater si potest transe ame calix" (Pai, se possível, livra-me deste cálice).*

71

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13

72

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13



*Detalhes da abertura do nicho, mostrando a Imagem do Senhor do Horto empunhando o cálice da amargura.*



*Anjo terreno*

73

**IHGP**

REVISTA DO  
INSTITUTO  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE  
PIRACICABA  
Ano XIII 2006  
Número 13